



TOCANTINS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seccional do Tocantins

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO OAB/TO Nº 001/2010 (Consolidada com alterações até 2015).

SUMÁRIO

TÍTULO I - DO CONSELHO SECCIONAL

CAPÍTULO I - DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DA SECCIONAL TOCANTINS

Seção I - Da Assembléia Geral dos Advogados

Seção II - Do Conselho Pleno

Subseção I - Da Composição do Conselho Pleno

Subseção II - Da Competência do Conselho Pleno

Subseção III - Da Ordem dos Trabalhos no Plenário e do *Quorum* para Deliberações

Subseção IV - Das Sessões de Julgamento

Subseção V - Do pedido de vista

Subseção VI - Das Decisões Coletivas

Subseção VII - Da Distribuição dos Processos

Seção III - Da Diretoria e da Presidência do Conselho Seccional

Subseção I - Da Composição da Diretoria

Subseção II - Da Competência do Presidente do Conselho Seccional

Subseção III - Da Substituição do Presidente

Subseção IV - Da Competência do Vice Presidente do Conselho Seccional

Subseção V - Da Competência da Diretoria do Conselho Seccional

Subseção VI - Da vacância do cargo de diretoria

Subseção VII - Da Competência do Secretário-Geral do Conselho Seccional

Subseção VIII - Da Competência do Secretário-Geral Adjunto

Subseção IX - Da Competência do Tesoureiro

Seção IV - Da Corregedoria-Geral (Provimento 134/2009)

Seção V - Do Tribunal de Ética e Disciplina - TED

Seção VI - Da Procuradoria de Defesa das Prerrogativas da Advocacia

Seção VII - Das Comissões Permanentes, Especiais e Temporárias

Subseção I - Das Comissões Permanentes

Subseção II - Das Comissões Especiais

Subseção III - Das Comissões Temporárias

CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES

Seção I - Competências comuns a todas as Comissões

Seção II - Da Comissão de Seleção e Inscrição

Seção III - Da Comissão de Estágio e Exame de Ordem (Art. 109, §2º RG / XII, Prov. 115/2007)



Seção IV - Da Comissão de Ensino Jurídico (X, Prov. 115/2007)

Seção V - Da Comissão de Acesso à Justiça (I, Provimento 115/2007)

Seção VI - Da Comissão de Direitos Humanos (Art. 109, §2º RG / (VIII, Prov. 115/2007)

Seção VII - Da Comissão de Direito Ambiental (VI. Prov.115/2007)

Seção VIII - Da Comissão de Defesa do Consumidor (VII, Prov. 115/2007 - Direitos Difusos e Coletivos)

Seção IX - Da Comissão de Esporte e Lazer (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção X - Da Comissão do Sistema Penitenciário (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção XI - Da Comissão da Justiça do Trabalho (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção XII - Da Comissão de Tecnologia, da Informação e Comunicação

Seção XIII - Da Comissão de Orçamento e Contas (Art. 109, §2º RG)

Seção XIV - Da Comissão de Apoio aos Advogados em início de Carreira (III, Prov. 115/2007)

Seção XV - Da Comissão da Advocacia Pública (II, Provimento 115/2007)

Seção XVI - Da Comissão de Promoção da Igualdade (XIV, Prov. 115/2007)

Seção XVII - Da Comissão de Estudos Constitucionais. (XI, Prov. 115/2007)

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Seção I. Comissão de Proteção e Defesa da Mulher; (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção II. Comissão de Proteção e Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais;

Seção III. Comissão de Proteção e Defesa do Idoso; (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção IV. Comissão de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente; (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção V. Comissão de Cultura e Eventos; (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

Seção VI. Comissão de História e Patrimônio;

Seção VII. Comissão da Seguridade Social. (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)

CAPÍTULO V - DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS - CAATO

CAPÍTULO VI - DAS SUBSEÇÕES

Seção I - Da Competência

Seção II - Do Conselho Subseccional

Seção III - Das Diretorias das Subseções



Seção IV - Das Comissões Permanentes e/ou Temporárias das Subseções

Seção V - Do Colégio de Presidentes das Subseções

CAPÍTULO VII - DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DO TOCANTINS - ESA/TO

CAPÍTULO VIII - DA OUVIDORIA

CAPÍTULO IX - DO TÉRMINO E/OU EXTINÇÃO DOS MANDATOS

CAPÍTULO X - DO PATRIMÔNIO, RECEITAS E DESPESAS DA SECCIONAL TOCANTINS

Seção I - Do Patrimônio da Seccional Tocantins

Seção II - Das Receitas da Seccional Tocantins

Seção III - Das Despesas da Seccional Tocantins

TÍTULO II - DOS PROCESSOS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II - DO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO III - DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Seção I - Dos Processos Disciplinares

Subseção I - Do registro, anotação, autuação e notificação

Subseção II - Do defensor dativo

Subseção III - Da indicação do Relator e do prazo

Subseção IV - Da competência para instrução processual

Subseção V - Da avocação das representações

Subseção VI - Do local de arquivamento da representação

Subseção VII - Da desistência da representação

Subseção VIII - Da designação da audiência de oitiva

Subseção IX - Das provas

Subseção X - Do prazo para apresentação de Razões Finais

Subseção XI - Dos crimes ou contravenções

Subseção XII - Dos recursos cabíveis

Seção II - Dos Processos de Seleção e Inscrição

Subseção I - Da instrução dos pedidos

Subseção II - Da carteira de identidade e do cartão profissional

Subseção III - Do pedido de cancelamento de inscrição

Subseção IV - Do pedido de nova inscrição, re-inscrição e restabelecimento

Seção III - Dos Processos de Desagravo

Seção IV - Dos Processos de Intervenção nos Órgãos da Seccional

Seção V - Dos Processos para Escolha de Advogados que devem Compor os Tribunais e Órgãos Deliberativos do Serviço Público.

Seção VI - Do Processo de Revisão



Seção VII - Do Processo de Reabilitação

Seção VIII - Do Processo de Exclusão

Seção IX - Da Uniformização de Jurisprudência

CAPÍTULO IV - DOS PRAZOS

CAPÍTULO V - DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

CAPÍTULO VI - DAS CERTIDÕES E DA VISTA DOS AUTOS

CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS

CAPÍTULO VIII - DAS ELEIÇÕES

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Dos Servidores

Seção II - Da Inscrição do Advogado

Seção III - Da inscrição de Estagiários Seção IV - Dos Órgãos de Informação

Seção IV - Da Medalha "Francisco Mascarenhas"

CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



RESOLUÇÃO Nº 001 DE 14 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre o Novo Regimento Interno da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, no uso das atribuições conferidas pelo art. 58, I, da Lei nº 8.906/94, faz saber que o Egrégio Conselho Seccional, na Sessão Plenária do dia **14 de maio de 2010**, aprovou e ele sanciona a presente **RESOLUÇÃO**.

TÍTULO I DO CONSELHO SECCIONAL

CAPÍTULO I DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º. O Conselho Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, com personalidade jurídica própria e autonomia financeira e administrativa, com sede em Palmas, exerce as funções e atribuições previstas no Estatuto da Ordem da Advocacia e da OAB e no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e neste Regimento Interno.

Parágrafo único. A Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil representa, em juízo ou fora dele, os interesses gerais dos advogados, estagiários e sociedades de advogados nela inscritos, bem como os individuais relacionados com o exercício da profissão.

Art. 2º. A Seccional do Tocantins atua mediante os seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral dos Advogados
- II - Conselho Pleno;
- III - Diretoria e Presidência;
- IV - Corregedoria-Geral; (Provimento 134/2009)
- V - Tribunal de Ética e Disciplina - TED;
- VI - Procuradoria de Defesa das Prerrogativas da Advocacia
- VII - Comissões Permanentes e Temporárias ou Especiais;
- VIII - Caixa de Assistência dos Advogados - CAATO;
- IX - Subseções;
- X - Diretorias das Subseções;
- XI - Colégio de Presidentes das Subseções;
- XII - Escola Superior de Advocacia do Tocantins / ESA-TO;
- XIII - Ouvidoria.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA SECCIONAL TOCONTINS

Seção I Da Assembléia Geral dos Advogados

Art.3º. Por proposta do Presidente, com deliberação do Conselho Pleno, ou, ainda, por iniciativa deste, pode ser convocada a Assembléia Geral dos Advogados do Tocantins, a fim de apreciar matéria considerada de interesse relevante da OAB e da Advocacia.

Art. 4º - A Assembléia Geral dos Advogados será composta pelos advogados inscritos nesta Seccional, que estejam no gozo dos direitos outorgados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB e em dia com o pagamento de suas contribuições.

Art. 5º - A convocação da Assembléia Geral dos Advogados ocorrerá de ofício ou mediante



TOCANTINS

edital, com a antecedência mínima de setenta e duas horas, contendo o local, o horário de sua realização e a ordem do dia.

Parágrafo único - Versando a matéria da convocação sobre tema regional ou respeitante a uma Subseção específica, pode a Assembléia ser instalada ou deslocada para local adequado, a juízo do Presidente do Conselho Seccional.

Art. 6º - A Assembléia Geral dos Advogados instalada poderá deliberar em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos advogados inscritos e, em segunda convocação, uma hora depois, com qualquer número de advogados presentes.

Art. 7º - Os trabalhos da Assembléia Geral dos Advogados são dirigidos pelo Presidente do Conselho Seccional e secretariados pelo seu Secretário-Geral, compondo a mesa os demais Diretores do Conselho Seccional, os Diretores da Subseção local e seis advogados convocados para auxiliar os trabalhos e assinar a ata respectiva.

§ 1º - Instalada a Assembléia Geral dos Advogados, os trabalhos se iniciam com a leitura do edital de convocação e da ordem do dia.

§ 2º - As matéria constantes da ordem do dia comportam uma só discussão, da qual pode participar qualquer advogado, desde que previamente inscrito, podendo cada orador fazer uso da palavra uma só vez, durante cinco minutos improrrogáveis.

§ 3º - O Presidente da Assembléia pode encerrar a discussão a requerimento de qualquer dos presentes, depois que dois dos participantes tenham se pronunciado a favor da matéria e dois contra.

§ 4º - Encerrada a discussão procede-se à votação simbólica, salvo se, pela maioria dos presentes, a Assembléia decidir pela votação nominal ou secreta.

§ 5º - A ata dos trabalhos deve ser lavrada em forma de sumário, em livro próprio, assinada pelo Presidente da Assembléia e pela maioria dos integrantes da mesa, para publicação, dentro de dez dias.

§ 6º A aprovação da Ata deverá constar da ordem do dia da primeira Assembléia subsequente.

Seção II
Do Conselho Pleno
Subseção I
Da Composição do Conselho Pleno

Art.8º. O Conselho Pleno é composto de Conselheiros eleitos, Conselheiros natos, Conselheiros honorários vitalícios e Conselheiros honorários, observados os critérios consignados no art. 106 do Regulamento Geral da OAB.

§ 1º. São Conselheiros efetivos os eleitos em número fixado por resolução editada até 2 (dois) meses antes da respectiva eleição, com observância do estabelecido no artigo 106 do Regulamento Geral da OAB.

§ 2º. São membros natos, com direito a voz e a voto em suas deliberações, os ex-presidentes que assumiram, originariamente, o cargo antes da publicação da Lei nº. 8.906/94. (05/07/1994).

§ 3º. São membros honorários vitalícios, com direito a voz em suas deliberações, os ex-presidentes investidos no cargo após a promulgação da Lei nº. 8.906/94. (05/07/1994).

§ 4º. Os Conselheiros e dirigentes dos órgãos da Seccional, ao tomarem posse, prestam o



TOCANTINS

compromisso previsto no art. 53 do Regulamento Geral da OAB.

§ 5º - O Conselho Seccional terá Conselheiros Suplentes, eleitos na chapa vencedora, na proporção de até o número máximo de metade da sua composição.

§ 6º. Todas as funções privativas de cargos de Conselheiro Seccional, da Diretoria da Seccional e Diretoria da CAA- TO, das Comissões, da ESA-TO, da Ouvidoria Geral e do TED são de exercício gratuito, consideradas serviço público relevante e devem constar na ficha individual de cada um.

§ 7º. O Presidente do Conselho Federal, os Conselheiros Federais da delegação do Tocantins o Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados e os Presidentes das Subseções tocantinenses, quando presentes às sessões dos Órgãos Deliberativos do Conselho Seccional têm direito a voz.

Subseção II Da Competência do Conselho Pleno

Art. 9º. Compete ao Conselho Pleno:

- I - defender a Constituição da República, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social e pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça, bem como pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;
- II - dar cumprimento objetivo às finalidades da OAB;
- III - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados, no âmbito de sua jurisdição;
- IV - velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia;
- V - representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos e individuais dos advogados;
- VI - criar, dividir ou extinguir subseções, conselhos subseccionais, a CAA-TO e adotar as medidas necessárias para assegurar o regular funcionamento desses órgãos;
- VII - instituir comissões especializadas e dividir-se em órgãos deliberativos para melhor desempenhar suas atividades;
- VIII - editar e aprovar Regimentos Internos e suas alterações, Resoluções e outros atos normativos;
- IX - intervir, total ou parcialmente, nas Subseções e na CAA-TO, onde e quando constatar grave violação do Estatuto, do Regulamento Geral e deste Regimento;
- X - cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de sua diretoria e dos demais órgãos executivos e deliberativos, da diretoria ou do Conselho da Subseção e da diretoria da CAA-TO contrário ao Estatuto, ao Regulamento Geral, aos Provimentos, ao Código de Ética e Disciplina, a este Regimento e às Resoluções;
- XI - fixar a tabela de honorários, válida para todo o território estadual;
- XII - manter e atualizar, por intermédio de sua Diretoria, o cadastro de seus inscritos;
- XIII - fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, taxas, preços de serviços e multas;
- XIV - definir, no mês de outubro de cada ano, seu orçamento de receitas e despesas para o ano imediatamente seguinte, observado o que dispõem os artigos 55, § 1º, e 60 do Regulamento Geral da OAB;
- XV - fiscalizar a aplicação da receita, apreciar o relatório anual e deliberar sobre o balanço e as contas de sua Diretoria, das Diretorias das Subseções e da CAA-TO, com observância ao disposto no art. 58 do Regulamento Geral da OAB;
- XVI - promover o ajuizamento de procedimentos judiciais, de acordo com o inciso V do art. 105 do Regulamento Geral da OAB;
- XVII - definir a composição e o funcionamento do TED;
- XVIII - elaborar as listas, constitucionalmente previstas, para preenchimento dos cargos nos tribunais judiciários, no âmbito de sua competência e na forma do Provimento do Conselho Federal, vedada a inclusão de membros do próprio Conselho Pleno e de qualquer órgão da Seccional;
- XIX - participar da elaboração dos concursos públicos, em todas as suas fases, nos casos previstos na Constituição e nas leis, no âmbito do seu território;



TOCANTINS

- XX - processar e julgar processos de matéria institucional, de direitos humanos, de revisão de suas decisões e quaisquer outros, respeitadas as competências privativas dos demais órgãos deliberativos do Conselho Seccional, salvo os casos de urgência ou de relevância da matéria, quando poderão ser avocados pelo Presidente para apreciação pelo Conselho Seccional;
- XXI - julgar, em grau de recurso, as questões decididas por seu Presidente, por sua Diretoria, pelas Diretorias das Subseções e da CAA-TO;
- XXII - instituir, promover e outorgar prêmios jurídicos;
- XXIII - eleger, dentre os conselheiros efetivos, os substitutos de seus diretores que se licenciarem, forem afastados ou comunicarem sua renúncia;
- XXIV - eleger os conselheiros e advogados que deverão integrar o TED.
- XXV - eleger, nas mesmas circunstâncias do inciso anterior, os sucessores dos conselheiros suplentes e dos diretores, bem como das diretorias das subseções e dos conselhos subseccionais, respeitando a ordem numérica constante no processo de registro de chapa, devendo assumir em caso de vacância ou afastamento provisório do conselheiro titular, o conselheiro suplente que figurar como primeiro da lista de suplência, e assim sucessivamente nesta ordem.
- XXVI - julgar processo que implique pena de exclusão;
- XXVII - apreciar e decidir casos de desagravo;
- XXVIII - autorizar a aquisição, a instituição de ônus ou a alienação de bens imóveis;
- XXIX - realizar o exame de ordem, por meio da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da Seccional, admitida a sua realização por instituição contratada;
- XXX - julgar os recursos de matéria eleitoral;
- XXXI - julgar embargos declaratórios de suas decisões;
- XXXII - desempenhar outras atribuições previstas na Lei nº 8.906/94 e no Regulamento Geral da OAB.

Subseção III

Da Ordem dos Trabalhos no Plenário e do *Quorum* para Deliberações

Art. 10. O Conselho Pleno reúne-se, ordinariamente, nos meses de fevereiro a junho e de agosto a dezembro de cada ano, pelo menos uma vez por mês, na sua sede, e será presidido pelo Presidente da Seccional.

Parágrafo único. Em casos de urgência, de acúmulo de serviço e em ocasiões especiais e/ou solenes, pode o Conselho Pleno reunir-se, extraordinariamente, na sua sede ou em outro local, mediante convocação pela imprensa, por telegrama, por fax, por correio eletrônico ou por telefone determinada pelo Presidente ou por provocação de um terço dos seus membros.

Art. 11. Para instalação e deliberação das sessões do Conselho Seccional Pleno, exige-se a presença de metade dos Conselheiros Efetivos, admitida a substituição destes pelos Suplentes que estiverem presentes à sessão, mediante convocação do Presidente, observada a ordem de assinatura no livro de presença, salvo nos casos do *quorum* qualificado previsto neste Regimento.

§ 1º - Para intervenção na CAA-TO, para criação, intervenção e extinção de Subseções e para aplicação da pena de exclusão, é necessária a manifestação favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Pleno.

§ 2º - Computam-se para cálculo do *quorum* estabelecido no *caput* e no § 1º deste artigo os membros natos que não exerçam atividade incompatível com a Advocacia ou com o Conselho, os quais, no caso de ausência, são substituídos pelos Conselheiros Suplentes presentes e que não houverem tomado assento, mediante convocação do Presidente.

§ 3º - O Conselheiro Efetivo que comparecer no curso da sessão toma assento no lugar de seu eventual substituto, que permanece na função somente até o término do julgamento da matéria a cujo relatório tenha assistido.

§ 4º - Têm assento e voz, quando presentes nas sessões públicas dos Órgãos Colegiados da



TOCANTINS

Seccional, além do Presidente do Conselho Federal, os Conselheiros Federais, o Presidente da CAA-TO, o Presidente do Instituto dos Advogados, e os Presidentes das Subseções.

§ 5º - Salvo o disposto no art. 108 do Regulamento Geral da OAB, as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

Art. 12. A pauta dos trabalhos, salvo requerimento de inversão ou urgência, aprovado pelo Presidente, compreenderá a:

- I - verificação do *quorum* e abertura;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
- III - comunicações do Presidente;
- IV - propostas e indicações; V - ordem do dia.

Art. 13. As pautas e decisões serão publicadas no *Diário Oficial* ou comunicadas aos interessados e afixadas em local de fácil acesso, no dia da sessão, podendo ser submetidos ao Conselho todos os assuntos urgentes, por deliberação do Presidente ou do próprio Conselho, anunciados logo após o início dos trabalhos.

§ 1º. Para sessões de julgamento, os interessados são intimados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por telegrama, carta com aviso de recebimento, ou *e-mail*, expedido para o último endereço que conste nos autos ou nos arquivos da Seccional.

§ 2º. Na ausência dos dados especificados no parágrafo anterior a intimação será feita por intermédio de edital publicado no Diário Oficial da Justiça.

§ 3º. Em caso de urgência, a intimação poderá ser efetuada, por funcionário da Seccional, por qualquer meio de comunicação, mediante certidão nos autos.

§ 4º - Nos processos disciplinares constantes da ordem do dia, será assegurado o sigilo de que trata o § 2º do art. 72 do Estatuto da OAB.

Subseção IV Das Sessões de Julgamento

Art. 14. O julgamento de qualquer processo ocorrerá da seguinte forma:

- I- leitura do relatório, do voto e da proposta de ementa do acórdão, todos escritos pelo Relator;
- II- sustentação oral pelo interessado ou seu advogado, no prazo de 15 (quinze) minutos;
- III- discussão da matéria, dentro do prazo máximo fixado pelo Presidente, não podendo cada Conselheiro fazer uso da palavra mais de uma vez, por mais de 3 (três) minutos, salvo se lhe for concedida prorrogação;
- IV- votação da matéria, precedendo as questões prejudiciais e preliminares às de mérito; V- proclamação do resultado pelo Presidente, com leitura da súmula da decisão.

§ 1º - Têm preferência, no julgamento, os processos cujo Relator necessite ausentar-se da sessão.

§ 2º - Também têm preferência os processos cujo interessado estiver inscrito para fazer sustentação oral. Havendo mais de um interessado, observa-se a ordem de registro de presença.

§ 3º - Os apartes só são admitidos quando concedidos pelo orador, vedados:

- a) à palavra do Presidente;
- b) ao Conselheiro que estiver suscitando questão de ordem.



TOCANTINS

§ 4º - Se, durante a discussão, julgar que a matéria é complexa e não se encontra suficientemente esclarecida, o Presidente poderá suspender o julgamento, designando revisor para a sessão seguinte.

§ 5º - A justificação escrita do voto pode ser encaminhada à Secretaria até 15 (quinze) dias após a votação da matéria.

§ 6º - O Conselheiro pode eximir-se de votar se não tiver assistido à leitura do relatório.

§ 7º - O relatório e o voto do Relator, na ausência deste, serão lidos pelo Secretário.

§ 8º - Vencido o Relator, o autor do voto vencedor lavrará o acórdão.

Subseção V Do pedido de vista

Art. 15. O pedido justificado de vista por qualquer Conselheiro, quando não for em mesa, não adia a discussão, sendo concedida pelo Presidente antes da votação da matéria.

§ 1º - A vista concedida é coletiva, permanecendo os autos do processo na Secretaria, com remessa de cópias aos que as solicitarem devendo a matéria ser votada na sessão ordinária seguinte, com preferência sobre as demais, ainda que ausente o Relator ou o Conselheiro requerente.

§ 2º - É permitida a antecipação de voto por qualquer Conselheiro.

Subseção VI Das Decisões Coletivas

Art. 16. As decisões coletivas são formalizadas em acórdãos, assinadas pelo Presidente e pelo Relator e podem ser publicadas.

§ 1º - As manifestações gerais do Conselho Pleno podem dispensar a forma de acórdão.

§ 2º - Os acórdãos têm numeração sucessiva e anual, relacionada ao órgão deliberativo.

§ 3º - O *quorum* para instalação e deliberação de quaisquer órgãos é o previsto no art. 11 deste Regimento, ressalvada disposição própria em contrário aplicável ao TED.

Subseção VII Da Distribuição dos Processos

Art. 17. A distribuição dos processos de competência do Conselho Pleno é feita pelo Presidente.

§ 1º Na distribuição de processos em fase de recursos, a escolha deve recair, obrigatoriamente, em Relator que não tenha participado da decisão recorrida.

§ 2º - O Relator pode determinar a realização de diligência que considere necessária à instrução do processo, a qual deverá ser executada pela Secretaria do Conselho Seccional.

§ 3º - O Presidente da Seccional redistribuirá a novo Relator o processo que não for apresentado para julgamento até a terceira sessão ordinária posterior à distribuição, conforme determinado no art. 72 do Regulamento Geral da OAB.

Seção III Da Diretoria e da Presidência do Conselho Seccional



TOCANTINS

Subseção I

Da Composição da Diretoria

Art. 18. A Diretoria do Conselho Seccional é composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário- Geral Adjunto e Tesoureiro.

Art. 19. Os membros da Diretoria integram o Conselho Pleno e são empossados juntamente com os seus demais integrantes.

Parágrafo único. No ato da posse, os integrantes da Diretoria prestam o compromisso formal previsto no art. 53 do Regulamento Geral da OAB, que constará de termo no livro respectivo, obrigando-se a bem cumprir os deveres do cargo.

Subseção II

Da Competência do Presidente do Conselho Seccional

Art. 20. Compete ao Presidente:

- I - representar o Conselho Seccional ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - velar pelo livre exercício da advocacia, pela dignidade e independência da Seccional e de seus inscritos;
- III - convocar, presidir o Conselho Pleno e dar execução às deliberações desses órgãos;
- IV - administrar os serviços da Seccional e nomear os Diretores dos Departamentos, bem como contratar, nomear, promover, licenciar, suspender e demitir seus funcionários;
- V - adquirir bens móveis até o limite estipulado pela Diretoria;
- VI - aplicar o ativo financeiro da Seccional, em conjunto com o Diretor Tesoureiro;
- VII - adquirir bens imóveis, quando autorizado pela Diretoria, nos termos do orçamento, ou pelo Conselho Pleno, em caso de necessidade de modificar o orçamento;
- VIII - onerar e alienar bens imóveis, mediante autorização do Conselho Pleno;
- IX - tomar medidas urgentes em defesa da classe e da Seccional;
- X - assinar com o Tesoureiro ou com outro Diretor, na ausência eventual daquele, cheques e ordens de pagamento;
- XI - elaborar com o Tesoureiro e com o Secretário-Geral, para análise da Comissão de Orçamento e Contas e apreciação do Conselho Pleno, até setembro de cada ano, a proposta orçamentária para o exercício seguinte, com indicação das receitas e das despesas, bem como de todos os valores e preços a serem praticados no exercício orçado;
- XII - exercer o voto de qualidade nas decisões do Conselho Pleno;
- XIII - recorrer ao Conselho Federal, se a decisão do Conselho Pleno não for unânime;
- XIV - votar nos escrutínios secretos;
- XV - prorrogar, a seu critério, o prazo concedido ao advogado nas sustentações orais perante o Conselho Pleno;
- XVI - agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições do Estatuto, do Regulamento Geral, dos Provimentos do Conselho Federal e deste Regimento, bem como intervir, inclusive como assistente, nos inquéritos e processos em que seja indiciado, acusado ou ofendido o inscrito na Seccional, sempre que o fato a ele imputado decorrer do exercício da profissão, e em todos os casos que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da advocacia;
- XVII - sugerir às autoridades a conveniência de vedar o acesso aos cartórios, juízos ou tribunais, a intermediários de negócios, tratadores de papéis ou a pessoas que possam comprometer o decoro da profissão;
- XVIII - requisitar cópias, inclusive autênticas, de peças de autos e documentos, a qualquer órgão da administração pública direta, indireta e fundacional, quando se fizerem necessárias, para os fins previstos no Estatuto;
- XIX - recorrer ao Conselho Federal, nos casos previstos no Estatuto e neste Regimento;
- XX - assinar a correspondência da Seccional, admitida a delegação formal de competência;
- XXI - assinar as carteiras profissionais e os cartões de identidade dos inscritos, diretamente ou por



TOCANTINS

meio mecânico ou eletrônico;

XXII - decidir solicitação de arquivamento de representação disciplinar;

XXIII - apresentar ao Conselho Pleno, juntamente com o Tesoureiro, até o dia 30 de abril do ano seguinte, o Relatório Geral e a Prestação de Contas, devidamente instruídos com o Balanço do exercício anterior;

XXIV - remeter, juntamente com o Tesoureiro, até o final de junho do ano seguinte, o Relatório, o Balanço e as Contas da Seccional à Terceira Câmara do Conselho Federal;

XXV - chamar os processos à ordem, durante ou fora das sessões, a fim de corrigir ou evitar erro processual;

XXVI - deferir e firmar, com as Faculdades de Direito, escritórios de advocacia e órgãos públicos ou privados, após manifestação conclusiva da Comissão de Estágio e Exame de Ordem, os convênios para Estágio Profissional de preparação para a Advocacia;

XXVII - recorrer ao órgão competente das decisões, unânimes ou não, proferidas pelas Comissões;

XXVIII - deferir as inscrições de advogados e estagiários que tenham recebido parecer unânime favorável da Comissão de Seleção e homologar a expedição de carteiras e cartões de identidade profissional;

XXIX - conceder, *ad referendum* do Conselho Seccional, a reabilitação ao inscrito que, decorrido 1 (um) ano do cumprimento da sanção disciplinar de suspensão por falta de pagamento, comprovar o atendimento das condições previstas no art. 41, e seu parágrafo único, da Lei nº 8.906/94;

XXX - autorizar, as despesas de transporte e hospedagem;

XXXI - exercer as demais atribuições inerentes ao cargo e as que lhe são ou forem atribuídas pelo Estatuto, pelo Regulamento Geral, por este Regimento ou pelo Conselho Seccional.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária a que se refere o inciso X deste artigo, deve-se observar o que dispõe o art. 55 do Regulamento Geral da OAB.

§ 2º - O referendo de que trata o inciso XXIX deste artigo deve atender integralmente à processualística prevista em lei e neste Regimento, podendo a decisão respectiva se dar por maioria simples.

Subseção III Da Substituição do Presidente

Art. 21. O Presidente, nas suas faltas, impedimentos e licenças temporárias, será substituído sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Secretário-Geral, pelo Secretário-Geral Adjunto, pelo Tesoureiro e, na ausência destes, pelo Conselheiro Efetivo com mais tempo de investidura no Conselho Seccional ou, havendo coincidência de mandatos, pelo de inscrição mais antiga.

Subseção IV Da Competência do Vice-presidente do Conselho Seccional

Art. 22. Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nas suas faltas, impedimentos e licenças temporárias;

II - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente;

III - administrar os serviços e departamentos da Seccional que lhe forem expressamente delegados pelo Presidente e pelo Conselho Pleno.

Subseção V Da Competência da Diretoria do Conselho Seccional

Art. 23. Compete à Diretoria do Conselho Seccional:

I- dar execução às deliberações dos órgãos do Conselho Seccional;

II- distribuir e redistribuir as atribuições entre seus membros, respeitadas as disposições especificadas neste Regimento;



TOCANTINS

- III- elaborar e aprovar a política de administração de pessoal da Seccional instituindo o quadro de servidores com a estruturação de um Plano de Cargos, Carreira e Salários que visem valorizar o servidor, com admissão através de processo seletivo;
- IV- promover assistência financeira aos órgãos da Seccional, em caso de necessidade comprovada, respeitada a previsão orçamentária;
- V- definir critérios para despesas com transporte e hospedagem dos Diretores, Conselheiros, membros colaboradores das Comissões, professores e palestrantes da ESA-TO e convidados da Seccional;
- VI- adquirir, alienar, onerar bens móveis ou doar os inservíveis;
- VII- intervir, mediante proposta do Diretor Tesoureiro, na tesouraria das Subseções ou em qualquer órgão inadimplente;
- VIII- contratar advogado, avençando a remuneração, para o patrocínio de causas de alta indagação e relevante complexidade jurídica que exija notória especialidade na matéria, vedada a contratação de Conselheiro;
- IX- resolver os casos omissos deste Regimento Interno e do Regimento Interno do TED, *ad referendum* do Conselho Pleno.

Subseção VI Da vacância do cargo de diretoria

Art. 24. No caso de vacância de cargo de Diretoria, o Conselho Pleno elege, dentre seus próprios membros, o sucessor, para servir até o fim do mandato.

Subseção VII Da Competência do Secretário-Geral do Conselho Seccional

Art. 25. Compete ao Secretário-Geral do Conselho Seccional:

- I- secretariar as sessões do Conselho Pleno, admitida a substituição legal;
- II- supervisionar a organização e a revisão anual do cadastro geral dos advogados, estagiários e provisionados da Seccional e das Subseções;
- III- certificar o que oficialmente constar dos registros da Secretaria, o que também poderá ser feito pelo Secretário-Geral Adjunto ou, na ausência de ambos, por Conselheiro presente na Seccional;
- IV- certificar a situação do inscrito na Seccional, nos termos dos assentamentos da Secretaria, mencionados os períodos em que esteve regularmente inscrito;
- V- substituir o Vice-Presidente nas suas faltas, impedimentos e licenças temporárias;
- VI- delegar ao Secretário-Geral Adjunto quaisquer de suas atribuições;
- VII- elaborar juntamente com o Presidente e com o Tesoureiro, para análise da Comissão de Orçamento e Contas e apreciação do Conselho Pleno, até setembro de cada ano, a proposta orçamentária, com indicação de todos os valores e preços a serem praticados no exercício seguinte;
- VIII- cancelar as inscrições de advogados e estagiários pelas causas previstas no art. 11 da Lei nº 8.906/94, observados os seguintes parâmetros:
 - a) são da competência exclusiva do Secretário-Geral os casos previstos nos incisos I e III do referido art. 11;
 - b) dependerá de decisão transitada em julgado do órgão competente o caso previsto no inciso II do mesmo art. 11;
 - c) no caso previsto no inciso IV do art. 11, poderá o Secretário-Geral solicitar uma análise prévia pela Comissão de Seleção.
- IX- conceder licença aos advogados inscritos pelas causas previstas no art. 12 da Lei nº 8.906/94, observados os seguintes parâmetros:
 - a) o Secretário-Geral, a requerimento do interessado ou de ofício, concede a licença na hipótese do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.906/94, podendo solicitar análise prévia pela Comissão de Seleção;
 - b) no caso previsto no inciso III do art. 12 da Lei nº 8.906/94, pode o Secretário-Geral determinar avaliação médica especializada;



TOCANTINS

X- autorizar, com registro no sistema informatizado de cadastro, a alteração do nome do advogado inscrito em virtude de casamento, separação judicial ou divórcio, comprovada por documento hábil;

XI- apreciar os pedidos e deferir a expedição autônoma de carteiras profissionais e cartões de identidade.

Subseção VIII Da Competência do Secretário-Geral Adjunto

Art. 26. Compete ao Secretário-Geral Adjunto:

I- redigir, ler e assinar, em conjunto com o Presidente, as atas das sessões do Conselho Pleno;

II- abrir e encerrar, em cada sessão, o termo de presença;

III- substituir o Secretário-Geral nas suas faltas, impedimentos e licenças temporárias;

IV- presidir a Corregedoria-Geral desta Seccional; (Provimento 134/2009) V- exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Secretário-Geral.

Subseção IX Da Competência do Tesoureiro

Art. 27. Compete ao Tesoureiro:

I- manter a guarda de e responsabilizar-se por todos os bens, valores e patrimônio da Seccional;

II- arrecadar todas as receitas ordinárias e extraordinárias da Seccional;

III- pagar todas as despesas, contas e obrigações da Seccional, assinando, com o Presidente, cheques e ordens de pagamento;

IV- indicar o Diretor ou Conselheiro que, na sua ausência, assinará, com o Presidente da Seccional, os documentos de movimentação financeira, inclusive cheques e ordens de pagamento;

V- manter em ordem, com regularidade e clareza, a escrituração contábil da Seccional;

VI- elaborar, juntamente com o Presidente e com o Secretário-Geral, para análise da Comissão de Orçamento e Contas e apreciação do Conselho Pleno, até setembro de cada ano, a proposta orçamentária, com indicação de todos os valores e preços a serem praticados no exercício seguinte;

VII- depositar em instituição financeira todas as quantias ou valores pertencentes à Seccional;

VIII- remeter regularmente ao Conselho Federal a quota de arrecadação que a este, legalmente, couber;

IX- reclamar pagamentos atrasados e fazer a relação dos que se mantiverem inadimplentes, para adoção das sanções administrativas e judiciais cabíveis;

X- fiscalizar e cobrar as transferências devidas pelas Subseções ao Conselho Seccional e propor à Diretoria, quando for o caso, a intervenção nas Tesourarias inadimplentes;

XI- recomendar o recolhimento das carteiras profissionais e dos cartões de identidade de advogados ou profissionais excluídos, suspensos ou impedidos do exercício da advocacia, assim como daqueles que tiverem suas inscrições canceladas;

XII- apresentar, até o último dia do mês, o balancete mensal relativo ao mês anterior e, em qualquer época, quando solicitado pelo Conselho Seccional, pela Diretoria ou pela Comissão de Orçamento e Contas;

XIII- apresentar, juntamente com o Presidente, até o dia 30 de abril do ano seguinte, o Balanço Geral do exercício anterior, para análise pela Comissão de Orçamento e Contas e julgamento pelo Conselho Pleno, com que, também, deve instruir o Relatório Geral e a Prestação de Contas;

XIV- remeter, juntamente com o Presidente da Seccional, até o final de junho do ano seguinte, o Relatório, o Balanço e as Contas à Terceira Câmara do Conselho Federal;

XV- aplicar em instituição financeira, juntamente com o Presidente, as disponibilidades e todos os recursos financeiros da Seccional;

XVI- substituir o Secretário-Geral Adjunto nas suas faltas, impedimentos e licenças temporárias;

XVII- zelar pelo cumprimento do orçamento vigente.



TOCANTINS

Parágrafo único. As contas devem ser apresentadas ao Conselho Pleno com antecedência, facultando-se o acesso da Comissão de Orçamento e Contas e dos Conselheiros aos papéis, documentos, livros e registros atinentes ao orçamento, contas, receitas e despesas que compõem a contabilidade, sempre que solicitado.

Seção IV Da Corregedoria Geral

Art. 28. A Corregedoria do Processo Disciplinar, de que trata o art. 89, VII, do Regulamento Geral da OAB, ficará sob a direção do Secretário-Geral Adjunto, na qualidade de Corregedor-Geral desta Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/TO.

Art. 29. Compete à Corregedoria-Geral da OAB, sob a direção do Corregedor-Geral:

- I - orientar e fiscalizar a tramitação dos processos disciplinares de competência da OAB;
- II - propor ao Conselheiro Seccional a expedição de resoluções regulamentares que tenham por objeto orientar a tramitação dos processos disciplinares de competência da OAB;
- III - requisitar informações ao Conselho Seccional e às Subseções, bem como aos Tribunais de Ética e Disciplina acerca da tramitação dos processos disciplinares;
- IV - realizar correições que visem a orientar a tramitação dos processos disciplinares;
- V - informar ao Presidente do Conselho Seccional, das Subseções e do Tribunal de Ética e Disciplina sobre as conclusões das correições, no que lhes disser respeito;
- VI - delegar atribuições aos Conselheiros, eleitos na forma do art. 89, VII, do Regulamento Geral da OAB;
- VII - acompanhar e fiscalizar o trabalho das Comissões Permanentes, Temporárias ou Especiais, exigindo a apresentação dos respectivos relatórios anuais de gestão.

Seção V Do Tribunal de Ética e Disciplina - TED

Art. 30. O Tribunal de Ética e Disciplina - TED funciona de acordo com as regras estabelecidas em lei e neste Regimento Interno, e de conformidade com seu próprio regimento, fazendo parte integrante deste em Anexo.

Seção VI Da Procuradoria de Defesa das Prerrogativas da Advocacia

Art. 31. Compete à Procuradoria de Defesa das Prerrogativas:

- I - promover a defesa dos direitos e prerrogativas do advogado regularmente inscrito na OAB, quando no exercício da profissão e promover a valorização da advocacia;
- II - zelar pela dignidade, prerrogativas e decoro da Seccional e de seus membros inscritos;
- III - dar assistência aos membros da Seccional quando no exercício profissional;
- IV - apreciar e dar parecer sobre casos, representações ou queixas referentes a ameaças, afrontas ou lesões às prerrogativas e direitos dos membros inscritos na Seccional;
- V - promover medidas que visem a assegurar o direito de exercício da profissão ao membro inscrito, quando tolhido ou coagido por qualquer autoridade, inclusive propor o desagravo público ao Conselho Pleno, nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da OAB e da Advocacia;
- VI - promover a representação ao poder competente contra autoridade, serventuário de justiça ou servidores públicos pela inobservância dos direitos assegurados ao advogado;
- VII - promover o encaminhamento às autoridades superiores ou corregedores, para as providências cabíveis, das queixas ou representações formuladas por membros inscritos contra qualquer autoridade, serventuários da justiça ou servidores públicos de qualquer natureza;
- VIII - verificar os casos de exercício ilegal da profissão e promover a representação criminal ao Ministério Público competente;
- IX - emitir parecer sobre questões pertinentes aos direitos e garantias legais assegurados ao



exercício profissional, submetendo-o à aprovação do Conselho Pleno, passando a ter efeito vinculante a partir da decisão colegiada.

Parágrafo único. Para cumprimento das atribuições elencadas no *caput*, a Procuradoria de Defesa das Prerrogativas, por seus membros, poderá:

- a) exercer o direito de representação, promovendo o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal contra quem cometer abuso ou atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional;
- b) agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir os direitos ou prerrogativas do membro regularmente inscrito na OAB, podendo:
 1. intervir, inclusive como assistente, nas ações, processos e inquéritos em que seja indiciado, acusado ou ofendido, o membro regularmente inscrito na OAB;
 2. ter vista de peças de autos e documentos e requisitar cópias deles a qualquer órgão da OAB e da Administração Pública direta, indireta e fundacional;

Artigo 32. Fica instituído o Sistema Estadual de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia no âmbito desta Seccional, cuja coordenação será exercida pelo Procurador-Geral de Defesa das Prerrogativas, competindo-lhe submeter à aprovação da Diretoria do Conselho Seccional as propostas de instalação e funcionamento deste Sistema.

Artigo 33. A Procuradoria de Defesa de Prerrogativas da OAB/TO é órgão colegiado, composto por Procuradores, no mínimo de 05 (cinco) membros, competindo-lhes:

- I - instaurar, mediante representação de advogados, procedimento administrativo de defesa das prerrogativas da advocacia;
- II - emitir parecer pelo deferimento ou indeferimento de medida(s) requeridas por advogados em suas respectivas representações, submetendo-o à aprovação colegiada dos membros desta Procuradoria.
- III - executar a(s) medida(s) aprovada(s) em defesa das prerrogativas da advocacia, em processos que seja Relator(a);
- IV - acompanhar e ter responsabilidade direta pela movimentação das medidas judiciais e/ou administrativas propostas, até decisão final, transitada em julgado;
- V - exaurida a medida proposta ou cessada a violação de prerrogativas constante de representação, emitir parecer determinando o arquivamento do processo administrativo, submetendo-o à aprovação colegiada dos membros desta Procuradoria.

§ 1º - Em caso de divergência entre os membros da Procuradoria, será realizada votação, adotando-se o entendimento da maioria, tornando-se relator o prolator do voto vencedor;

§ 2º - Em caso de indeferimento da medida requerida em representação feita por advogado, caberá recurso ao Conselho Pleno, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo ser submetido a julgamento na primeira sessão.

§ 3º - Em caso de afastamento das funções, temporário ou definitivo, deverá comunicar com antecedência de 10 (dez) dias ao Procurador-Geral, visando a imediata substituição da responsabilidade nos respectivos autos processuais.

Artigo 34. A Procuradoria de Defesa das Prerrogativas tem como titular o Procurador-Geral de Defesa das Prerrogativas, competindo-lhe a representação deste órgão perante a Diretoria e o Conselho Pleno desta Seccional.

§ 1º - O Procurador-Geral será substituído, nos casos de licença, falta ou impedimento, pelos



TOCANTINS

Procuradores-Adjuntos, observada a alternância entre eles.

§ 2º - Os cargos de Procurador-Geral e de Procuradores-Adjuntos, de livre designação e exoneração pelo Presidente, serão exercidos por advogados regularmente inscritos na OAB/TO, durante o período de vigência do mandato da Diretoria eleita para o triênio correspondente.

§ 3º - A Procuradoria de Defesa das Prerrogativas desta Seccional contará com quadro de funcionários administrativos e da área de especialização em Direito, para exercício exclusivo de suas atividades, com lotação e contratação mediante autorização da Diretoria.

Seção VII Das Comissões Permanentes, Especiais e Temporárias

Art. 35. O Conselho Seccional e sua Diretoria são auxiliados e assessorados por Comissões Permanentes, Especiais e Temporárias, integradas por Conselheiros e/ou por advogados designados pelo Presidente, *ad referendum* do Conselho Pleno.

§ 1º - São requisitos para integrar as Comissões estar regularmente inscrito na OAB/TO e estar quite com a tesouraria, exigindo-se para a sua presidência ter no mínimo 03 (três) anos de exercício da advocacia.

§ 2º - Cabe ao Presidente da Comissão sua coordenação, administração geral e disciplina, a distribuição dos processos e trabalhos entre os seus integrantes e assessores, bem como, a cobrança dos processos não devolvidos no prazo legal.

§ 3º - O sistema de distribuição é proporcional e em rodízio, podendo essa regra ser alterada em atendimento às condições de especificidade temática, especialidade profissional, conveniência e oportunidade administrativa.

§ 4º - Na falta ou impedimento de qualquer membro da Comissão, o seu Presidente convoca substituto entre os demais componentes, conforme a hipótese.

§ 5º - Cada Comissão baixa normas e instruções disciplinares sobre o trabalho, as funções e tarefas a seu cargo, submetendo-as à aprovação do Conselho Pleno.

§ 6º - As Comissões Permanentes e Especiais deverão manter livro ata próprio para o registro de suas assembleias, reuniões, e deliberações e apresentar relatórios anuais de gestão.

§ 7º - Os Presidentes das Comissões Temporárias estão dispensados do livro ata, mas, deverão apresentar um relatório conclusivo dos trabalhos realizados.

§ 8º - A criação de novas comissões temporárias ou permanentes é de competência do Conselho Pleno.

Subseção I Das Comissões Permanentes

Art. 36. São Comissões Permanentes:

I - Da Comissão de Seleção e Inscrição

II - Da Comissão de Estágio e Exame de Ordem (Art. 109, §2º RG / XII, Prov. 115/2007)

III - Da Comissão de Ensino Jurídico (X, Prov. 115/2007)

IV - Da Comissão de Acesso à Justiça (I, Provimento 115/2007)

V - Da Comissão de Direitos Humanos (Art. 109, §2º RG / (VIII, Prov. 115/2007)

VI - Da Comissão de Direito Ambiental (VI. Prov.115/2007)

VII - Da Comissão de Defesa do Consumidor (VII, Prov. 115/2007 = Direitos Difusos e Coletivos)



TOCANTINS

- VIII - Da Comissão de Esporte e Lazer (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)
- IX - Da Comissão do Sistema Penitenciário (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)
- X - Da Comissão da Justiça do Trabalho (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais)
- XI - Da Comissão de Tecnologia, da Informação e Comunicação
- XII - Da Comissão de Orçamento e Contas (Art. 109, §2º RG)
- XIII - Da Comissão de Apoio aos Advogados em início de Carreira (III, Prov. 115/2007)
- XIV - Da Comissão da Advocacia Pública (II, Provimento 115/2007)
- XV - Da Comissão de Promoção da Igualdade (XIV, Prov. 115/2007)
- XVI - Da Comissão de Estudos Constitucionais. (XI, Prov. 115/2007)

Parágrafo único - As Comissões Permanentes terão a seguinte composição:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Membros.

Subseção II Das Comissões Especiais

Art. 37. São Comissões Especiais:

- I-Comissão de Proteção e Defesa da Mulher; (IX, Provimento 115/2007 - Direitos Sociais)
- II - Comissão de Proteção e Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais;
- III - Comissão de Proteção e Defesa do Idoso; (IX, Provimento 115/2007 - Direitos Sociais);
- IV - Comissão de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente; (IX, Provimento 115/2007 - Direitos Sociais);
- V-Comissão de Cultura e Eventos; (IX, Provimento 115/2007 - Direitos Sociais);
- VI - Comissão de História e Patrimônio;
- VII - Comissão da Seguridade Social (IX, Provimento 115/2007 = Direitos Sociais).

Subseção II Das Comissões Temporárias

Art. 38. O Presidente ou o Conselho Pleno pode criar Comissões Temporárias destinadas a estudo e exame de matérias inerentes à classe, não abrangidas pela competência das Comissões Permanentes e Especiais, cuja composição, atribuições e prazo de duração constarão do respectivo ato de criação.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES

Seção I Competências comuns a todas as Comissões

Art. 39. Compete às Comissões: (Provimento 115/2007)

- I - Assessorar o Conselho Seccional e a Diretoria no encaminhamento de matérias de suas competências;
- II - Elaborar trabalhos escritos e pareceres, promover pesquisas e eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa de temas afetos às suas áreas de atuação;
- III - Mediante autorização da Diretoria cooperar e promover o intercambio com organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - Criar e manter atualizado centro de documentação relativo às suas finalidades;
- V - Orientar os trabalhos das Comissões congêneres criadas nas subseções;



TOCANTINS

VI - Expedir instruções normativas, estabelecendo critérios de ordem técnica, nos limites das suas áreas de atuação, ad referendum da Diretoria.

Seção II **Da Comissão de Seleção e Inscrição**

Art. 40. Compete à Comissão de Seleção e Inscrição:

- I - examinar e emitir parecer sobre pedidos de inscrição, reinscrição, restabelecimento, transferência e inscrição suplementar nos quadros de advogados e estagiários, considerando e verificando o preenchimento dos requisitos legais;
- II - apreciar as impugnações aos pedidos de inscrição, emitindo parecer fundamentado, para posterior apreciação das respectivas Comissões;
- III - verificar o efetivo exercício profissional por parte dos inscritos, bem como os casos de impedimento, licenciamento ou cancelamento da inscrição;
- IV - determinar, quando for o caso, exame de saúde a ser realizado pela CAA-TO, visando a eventual licenciamento do profissional;
- V - promover a representação prevista no art. 10, § 4º, da Lei no 8.906/94, em caso de transferência ou inscrição suplementar, desde que verificado vício ou possível ilegalidade na inscrição;
- VI - remeter, *ex officio*, ao Conselho Pleno, os pedidos de inscrição de advogados ou profissionais e estagiários que não recebam parecer unanimemente favorável;
- VII - determinar o recolhimento das carteiras profissionais e dos cartões de identidade de advogados ou profissionais excluídos, suspensos ou impedidos do exercício da advocacia, assim como daqueles que tiverem suas inscrições canceladas;
- VIII - recomendar as medidas cabíveis, inclusive de natureza judicial, para obter a restituição da carteira profissional e do cartão de identidade, no caso previsto no inciso anterior;
- IX - remeter ao Diretor ou Presidente de Comissão, quando necessário, processo para que profira decisão ou emita parecer em matéria relativa a sua competência;
- X - responder a consulta formulada em tese, no âmbito de sua competência, sem efeito vinculante.

Seção III **Da Comissão de Estágio e Exame de Ordem**

Art. 41. Compete à Comissão de Estágio e Exame de Ordem:

- I - promover o Exame de Ordem, diretamente ou por intermédio de instituição contratada;
- II - desempenhar outras atribuições compatíveis com sua competência;
- III - emitir pareceres sobre todos os assuntos relacionados ao estágio profissional;
- IV - fiscalizar os estágios nos cursos de Direito, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB.

Seção IV **Da Comissão de Ensino Jurídico**

Art. 42. Compete à Comissão de Ensino Jurídico:

- I - opinar previamente nos pedidos de criação, reconhecimento e credenciamento dos cursos jurídicos referidos no art. 54, XV, do Estatuto da OAB, que estejam no seu âmbito territorial;
- II - manter cadastro dos cursos jurídicos autorizados e reconhecidos no Estado de Tocantins;
- III - manter cadastro dos professores de Direito dos cursos jurídicos em funcionamento no Estado de Tocantins.

Seção V **Da Comissão de Acesso à Justiça**

Art. 43. Compete à Comissão de Acesso à Justiça:



TOCANTINS

- I - pugnar pela viabilização da efetiva assistência jurídica aos legalmente necessitados, pela rápida administração da justiça nas instancias judiciais e pelo desenvolvimento dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos;
- II - propor as modificações legislativas que tenham por objetivo a simplificação e agilização de processos e procedimentos;
- III - acompanhar a tramitação de projetos de leis pertinentes a processos e a procedimentos pela adoção de seus pareceres;
- IV - manter vigilâncias sobre a estrita observância dos direitos fundamentais que garantem ao cidadão o efetivo acesso à justiça.

Seção VI Da Comissão de Direitos Humanos

Art. 44. Compete à Comissão de Direitos Humanos, sem prejuízo das atribuições contidas no art. 6º do Provimento no 56/85 do Conselho Federal:

- I - assessorar o Presidente da Seccional e do respectivo Conselho em sua atuação na defesa dos direitos da pessoa humana;
- II - sempre que tomar conhecimento de violações efetivas ou iminentes de direitos humanos, proceder a entendimentos com as autoridades públicas constituídas, bem como a quaisquer outros procedimentos necessários à apuração dos fatos, visando ao restabelecimento e/ou à reparação do direito violado ou à integridade do direito ameaçado;
- III - instaurar processos, elaborar trabalhos escritos, dar pareceres, promover seminários, painéis e outras atividades culturais com o escopo de estimular e divulgar o respeito aos direitos humanos;
- IV - inspecionar todo e qualquer local onde haja notícia de violação aos direitos humanos;
- V - cooperar, manter intercâmbio e firmar convênios com outros organismos públicos e entidades, nacionais ou internacionais, de defesa dos direitos humanos;
- VI - criar e manter atualizados, em centro de documentação onde sejam sistematizados, dados e informações sobre denúncias que lhe forem encaminhadas;
- VII - estimular a promoção dos Direitos Humanos nas Subseções do Estado.

Seção VII Da Comissão de Direito Ambiental

Art. 45. Compete à Comissão de Direito Ambiental:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno nas questões relativas a meio ambiente, urbanismo, patrimônio histórico, artístico-cultural e paisagístico e a melhoria da qualidade de vida;
- II - diligenciar nos casos de ameaça ou efetivo dano dos bens referidos no inciso anterior, visando a apurar os fatos, conforme o caso, após oitiva a Diretoria da Seccional;
- III - requerer aos órgãos públicos competentes as providências cabíveis;
- IV - requerer ao Ministério Público a abertura de Inquérito Civil ou ajuizamento de Ação Civil Pública;
- V - promover estudos, eventos e outras atividades para estimular o interesse e a participação do advogado em questões ambientais;
- VI - manter permanente contato com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Federal, informando sobre denúncias de violações das normas ambientais e providências adotadas;
- VII - cooperar para manter o intercâmbio com outras organizações dedicadas à defesa do meio ambiente;
- VIII - colaborar com o Poder Legislativo, analisando e/ou emitindo pareceres sobre os projetos de lei apresentados;
- IX - votar matéria de sua competência;
- X - responder a consultas sobre matéria de sua competência, sem efeito vinculante.

Seção VIII Da Comissão de Defesa do Consumidor



TOCANTINS

Art. 46. Compete à Comissão de Defesa do Consumidor:

- I - auxiliar na criação e no desenvolvimento de associações representativas dos consumidores;
- II - atuar junto aos órgãos públicos para criação da polícia especializada em infrações penais de consumo e na efetivação e no aprimoramento da defesa dos direitos dos consumidores;
- III - apoiar, promover e participar de grupos de estudos, seminários, palestras, cursos e congêneres relativos ao Direito do Consumidor;
- IV - estabelecer ou acompanhar as convenções coletivas de consumo;
- V - atuar junto aos órgãos de imprensa ou qualquer outro meio de divulgação e informação sobre tema de interesse do consumidor.

Seção IX Da Comissão de Esporte e Lazer

Art. 47. Compete à Comissão de Esporte e Lazer:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno nas questões relativas ao Esporte e Lazer, promovendo torneios e eventos de interesse da classe entre subseções e órgãos da Justiça;
- II - diligenciar no sentido de coletar preços e orçamentos para aquisição de material esportivo e encaminhá-los ao Diretor-Tesoureiro para aprovação;
- III - requerer aos órgãos competentes as providências cabíveis para a promoção de eventos de interesse da Seccional;
- IV - requerer as devidas autorizações para a realização de jogos e eventos de interesse da classe de advogados;
- V - promover eventos para estimular a prática de esportes entre os advogados;
- VI - manter permanente contato com o Presidente da Seccional, no sentido de atender a todas as Subseções, sem discriminação de qualquer natureza;
- VII - cooperar para e manter o intercâmbio com outras organizações dedicadas ao Desporto;
- VIII - colaborar com outros departamentos da Seccional na realização de eventos;
- IX - responsabilizar-se pelas comitivas esportivas em viagens a outras cidades e Estados, organizando e estabelecendo normas de procedimentos.

Seção X Da Comissão do Sistema Penitenciário

Art. 48. Compete à Comissão do Sistema Penitenciário:

- I - assessorar a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Tocantins e sua Diretoria no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, promover pesquisas, seminários, conferências, projetos e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas respectivos;
- III - os pareceres aprovados pela comissão são submetidos à Presidência da Seccional e sujeitos à prévia divulgação;
- IV - manter contato permanente com as comissões congêneres no Conselho Seccional, informando-a sobre as atividades desenvolvidas e as diligências realizadas no sentido da mútua colaboração;
- V - diagnosticar e avaliar periodicamente a situação das políticas públicas vinculadas às áreas afins da Comissão;
- VI - apurar e manter atualizados dados sobre o sistema carcerário, bem como outros considerados relevantes para desenvolvimento dos trabalhos;
- VII - acompanhar apurações administrativas e/ou judiciais de casos de repercussão junto aos órgãos competentes (Corregedorias, Ouvidorias, Ministério Público, Assembléia Legislativa, Congresso Nacional, Polícia Judiciária, Tribunal de Justiça etc...), sobre temas de interesse do desenvolvimento das atividades da Comissão de Política Criminal.



Parágrafo único. A Comissão desenvolverá juntamente com o Departamento de Cultura e de Eventos, uma agenda de seminários, palestras e mesas de debates dentre outros eventos na Seccional e nas Subsecções, sobre temas de interesse da OAB frente às questões que envolvam política criminal em geral.

Art. 49. A Comissão de Política Criminal e Penitenciária é composta de:

- I - Membros Efetivos, dentre eles o Presidente, o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente e o Secretário;
- II - Membros Consultivos.

§ 1º. Compete ao Presidente da Seccional, através de portaria, a designação e a exoneração dos Membros Efetivos e dos Membros Consultivos da Comissão, que poderão ser indicados pelo presidente da Comissão.

§ 2º. Em caso de vacância dos cargos de Presidente, Vice-Presidente ou Secretário, o Presidente da Seccional designará o respectivo sucessor.

§ 3º. As funções de Membro Efetivo ou Membro Consultivo são incompatíveis com o exercício de atividades suscetíveis de comprometer-lhe a independência ou a isenção.

§ 4º. Fica autorizado integrar a Comissão estudantes de Direito, selecionados através do Núcleo de Desenvolvimento Acadêmico, que nela desempenhará funções obtendo certificados de participação.

§ 5º. Será requisito para integrar a Comissão a inexistência de apenamento por infração disciplinar.

Art. 50. Ao Presidente da Comissão compete:

- I - Propor a nomeação, pelo presidente da seccional, de membros que irão compor Grupos de trabalho, na qualidade de membros Efetivos e/ou Consultivos, tantos quantos necessários para o cumprimento e andamento dos projetos elaborados pela Comissão;
- II - convocar e presidir as reuniões;
- III - designar relatores, relatores substitutos ou parciais, para os processos ou relatá-los pessoalmente;
- IV - propor a criação de grupos de estudos e a designação de seus membros, bem como de membro coordenador de cada grupo específico, podendo, este nomear assessores dentre aqueles integrantes do mesmo grupo de estudo;
- V - solicitar pareceres aos Membros da Comissão;
- VI - submeter à votação as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado;
- VII - resolver as questões de ordem;
- VIII - representar a Comissão junto à Presidência e à Diretoria, quando convocado para tal fim.

Art. 51. Aos Membros Efetivos compete:

- I -relatar os processos que lhes couberem por distribuição e propor as diligências necessárias;
- II -participar das reuniões da Comissão, justificando por escrito suas ausências.

Art. 52. Aos Membros Consultivos compete:

- I - oferecer pareceres, quando solicitados pelo Presidente da Comissão ou pelo Presidente da Seccional;
- II -participar das reuniões, quando convidados, justificando por escrito as suas ausências.

Art. 53. As deliberações sobre os projetos e pareceres apresentados pelos grupos de estudo poderão são apreciados e votados e após aprovados, serão encaminhados à Presidência do



Conselho Seccional.

Seção XI Da Comissão da Justiça do Trabalho

Art. 54. Compete à Comissão da Justiça do Trabalho:

- I - assessorar a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccção Tocantins e sua Diretoria no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, promover pesquisas, seminários, conferências, projetos edemais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas respectivos;
- III - os pareceres aprovados pela comissão são submetidos à Presidência da Seccional e sujeitos à prévia divulgação;
- IV - manter contato permanente com as comissões congêneres no Conselho Seccional, informando-a sobre as atividades desenvolvidas e as diligências realizadas no sentido da mútua colaboração;
- V - diagnosticar e avaliar periodicamente a situação das políticas públicas vinculadas às áreas afins da Comissão;
- VI - apurar e manter atualizados dados sobre o sistema trabalhista, bem como outros considerados relevantes para desenvolvimento dos trabalhos;
- VII - acompanhar apurações administrativas e/ou judiciais de casos de repercussão junto aos órgãos competentes (Corregedorias, Ouvidorias, Ministério Público do Trabalho, Congresso Nacional, Polícia Judiciária, Tribunal Regional do Trabalho etc.), sobre temas de interesse do desenvolvimento das atividades da Comissão de Política do Ministério do Trabalho e das Varas instaladas no Estado.

Seção XII Da Comissão de Tecnologia, da Informação e Comunicação

Art. 55. Compete à Comissão de Tecnologia, da Informação e Comunicação:

- I - propor soluções para modernização dos procedimentos administrativos, tecnológicos e instrumentais;
- II - instituir, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, uma política que vise adotar mecanismo de automação e informatização de todo o sistema, como um todo, objetivando a melhor e mais rápida comunicação;
- III - promover políticas, no âmbito dos advogados tocantinenses, no sentido de que estes se adaptem à nova realidade que experimentamos, utilizando-se dos mais modernos meios de comunicação postos à nossa disposição;
- IV - incrementar, junto com a Diretoria do Conselho Seccional, medidas que visem ao rápido atendimento do advogado, utilizando-se dos recursos tecnológicos existentes; buscar meios tecnológicos que visem agilizar as ações da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, procurando, inclusive, dar conhecimento aos advogados, através de palestras, informações, e demais meios de comunicação.

Seção XIII Da Comissão de Orçamento e Contas

Art. 56. Compete à Comissão de Orçamento e Contas:

- I - fiscalizar, permanentemente, a aplicação das receitas da Seccional, da CAA-TO e das Subseções;
- II - opinar, previamente, sobre a proposta anual de orçamento da Seccional e da CAA-TO e, no que couber, sobre a das Subseções;
- III - emitir parecer, a ser apreciado pelo Conselho Pleno, sobre despesas que extrapolarem a



TOCANTINS

previsão orçamentária e sobre aplicação de receitas não-previstas ou que excederem à previsão;
IV - opinar, previamente, sobre os balanços e as prestações de contas a serem submetidas ao Conselho Pleno.

Seção XIV

Da Comissão de Apoio aos Advogados em início de Carreira

Art. 57. Compete à Comissão de Apoio aos Advogados em Início de Carreira:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Seccional em assuntos pertinentes aos advogados que tenham colado grau há menos de 5 (cinco) anos e aos estagiários regularmente inscritos na Seccional;
- II - fomentar o desenvolvimento profissional dos advogados que tenham colado grau há menos de 5 (cinco) anos e dos estagiários regularmente inscritos na Seccional;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio da Seccional com outras instituições congêneres;
- IV - administrar os recursos colocados à sua disposição, prestando contas mensalmente ao Diretor-Tesoureiro do Conselho Pleno;
- V - desempenhar outras atribuições compatíveis com sua competência.

Seção XV

Da Comissão da Advocacia Pública

Art. 58. Compete à Comissão de Advocacia Pública:

- I - respeitar e defender o ordenamento jurídico nacional, especialmente as normas da OAB e as relativas à Advocacia Pública, zelando por sua efetividade, análise crítica e aperfeiçoamento permanentes;
- II - valorizar a Advocacia Pública, apoiar e defender os seus exercentes e lutar por suas boas condições de exercício, dignidade, prerrogativas, independência e atendimento aos interesses públicos e às garantias recíprocas do Estado e do cidadão;
- III - emitir, a pedido do Presidente da Seccional, parecer sobre processos e temas em andamento nos outros órgãos da Seccional e com eles colaborar, sempre que envolver aspecto concernente à Advocacia Pública;
- IV - realizar e fomentar atividades de desenvolvimento cultural, profissional, social e ético dos exercentes da Advocacia Pública, por meio de publicações, eventos, convênios e quaisquer outras formas pertinentes.

Seção XVI

Da Comissão de Promoção da Igualdade

Art. 59. Compete à Comissão de Promoção da Igualdade:

- I - elaborar trabalhos escritos e pareceres, promover pesquisas e eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas que lhes são afetos;
- II - mediante autorização da Diretoria do Conselho Seccional, cooperar e promover intercâmbio com as organizações governamentais no sentido de promover-se o bem estar social, observar o fiel cumprimento das leis e o nivelamento de tratamento entre advogados, serventuários da justiça, membros do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo;
- III - expedir instruções normativas, estabelecendo critérios de ordem técnica, nos limites de sua área de atuação, *ad referendum* da Diretoria do Conselho Pleno.

Seção XVII

Da Comissão de Estudos Constitucionais.

Art. 60. Compete à Comissão de Estudos Constitucionais:



- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados; criar e manter atualizado centro de documentação relativo a suas finalidades.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Seção I

Comissão de Proteção e Defesa da Mulher;

Art. 61. Compete à Comissão de Proteção e Defesa da Mulher:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - criar e manter atualizado centro de documentação relativo a suas finalidades.

Seção II

Comissão de Proteção e Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais

Art. 62. Compete à Comissão de Proteção e Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - criar e manter atualizado centro de documentação relativo a suas finalidades.

Seção III

Comissão de Proteção e Defesa do Idoso

Art. 63. Compete à Comissão de Proteção e Defesa do Idoso:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III. cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV. criar e manter atualizado centro de documentação relativo a suas finalidades.

Seção IV

Comissão de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente



TOCANTINS

Art. 64. Compete à Comissão de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente::

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - criar e manter atualizado centro de documentação relativo a suas finalidades.

Seção V Comissão de Cultura e Eventos

Art. 65. Compete à Comissão de Cultura e Eventos:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - criar e manter atualizado centro de documentação relativo a suas finalidades.

Seção VI Comissão de História e Patrimônio

Art. 66. Compete à Comissão de História e Patrimônio:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - criar e manter atualizado centro de documentação relativo às suas finalidades.

Seção VII Comissão da Seguridade Social

Art. 67. Compete à Comissão da Seguridade Social:

- I - assessorar o Presidente, a Diretoria e o Conselho Pleno no encaminhamento das matérias de sua competência;
- II - elaborar trabalhos escritos, inclusive pareceres, e promover pesquisas, seminários e demais eventos que estimulem o estudo, a discussão e a defesa dos temas pertinentes à sua área de especialização;
- III - cooperar para e promover o intercâmbio com outras organizações de objetivos iguais ou assemelhados;
- IV - criar e manter atualizado centro de documentação relativo às suas finalidades.

CAPÍTULO V DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS - CAATO



Art. 68. A Caixa de Assistência dos Advogados de Tocantins - CAA-TO tem personalidade jurídica própria e rege-se pela Lei no 8.906/94, pelo Regulamento Geral do Conselho Federal da OAB, por este Regimento e por Estatuto próprio.

§ 1º. A Diretoria da CAA-TO será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Tesoureiro e dois Diretores adjuntos, devendo o Estatuto da Caixa definir as atribuições destes e o restante da estrutura orgânica do órgão.

§ 2º. O plano de cargos e salários do pessoal da CAA-TO é aprovado por sua Diretoria e homologado pelo Conselho Pleno.

Art. 69. A Diretoria da CAA-TO prestará contas de sua gestão, anualmente, ao Conselho Seccional.

Art. 70. As decisões adotadas pela Diretoria da CAA-TO quanto à concessão de benefícios aos seus inscritos são passíveis de recursos para o Conselho Pleno.

CAPÍTULO VI DAS SUBSEÇÕES Seção I Da Competência

Art. 71. As Subseções têm a competência que lhes é outorgada pelo art. 61 da Lei no 8.906/94 e outras que lhe forem atribuídas pelas normas regulamentares e regimentais da OAB ou delegadas pelo Conselho Pleno, sempre nos limites do seu território, cabendo-lhes:

- I - dar cumprimento efetivo às finalidades da Seccional;
- II - velar pela dignidade, independência e valorização da Advocacia e fazer valer as prerrogativas do Advogado;
- III - representar a Seccional perante os poderes constituídos;
- IV - fazer cumprir e observar as disposições do Estatuto, do Regulamento Geral e deste Regimento;
- V - editar seu Regimento Interno, sujeitando-o à aprovação do Conselho Pleno.

Seção II Do Conselho Subseccional

Art. 72. As Subseções têm Diretoria com composição idêntica à do Conselho Seccional, podendo ter Conselhos Subseccionais, a critério da Seccional e desde que observados, comprovadamente, os seguintes parâmetros:

- I - número de inscritos superior a 250 (duzentos e cinquenta);
- II - número de votantes nas últimas eleições superior à maioria absoluta dos advogados inscritos na subseção;
- III - base territorial em Comarca que disponha de, pelo menos, 4 (quatro) juízes, admitindo-se a soma destas, quando o território abranger mais de uma Comarca.

§ 1º - O Conselho Subseccional será presidido pelo Presidente da respectiva Subseção, que não terá voto nas sessões, salvo em caso de empate, observando-se o § 2º do art. 118 do Regulamento Geral da OAB.

§ 2º - Ficam mantidos os atuais Conselhos Subseccionais.

Art. 73. Ao Conselho Subseccional compete:

- I - editar resoluções no âmbito de sua competência territorial;
- II - instruir processos disciplinares para julgamento pelo TED, na forma do art. 120 do Regulamento Geral da OAB;



TOCANTINS

III - receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruindo e emitindo parecer prévio para decisão do Conselho Pleno.

Art. 74. Atendidos os parâmetros do artigo anterior, os Conselhos Subseccionais, além dos Diretores da Subseção, serão compostos de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) Conselheiros, observados os seguintes critérios:

- I - se inscritos, na jurisdição da Subseção, de 251 (duzentos e cinquenta e um) a 500 (quinhentos) advogados, 5 (cinco) Conselheiros Subseccionais;
- II - se ultrapassado o número de 500 (quinhentos) inscritos, a Subseção contará com mais 1 (um) membro por grupo completo de 300 (trezentos) inscritos, até o limite máximo definido no *caput* deste artigo.

§ 1º - A criação do Conselho Subseccional e a definição do número de seus Conselheiros será da competência do Conselho Seccional, a quem caberá, sempre, no período pré-eleitoral, baixar Resolução específica para esse fim, com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias da data fixada para as eleições, observando-se o quantitativo de inscritos na oportunidade.

§ 2º - Os cancelamentos, novas inscrições, bem como transferências ocorridas após a publicação da Resolução de que trata o parágrafo anterior, não serão considerados, em hipótese alguma, para os fins mencionados nele.

Art. 75. Para a criação de novas Subseções, além da observância das normas do Regulamento Geral e deste Regimento, adotar-se-ão os seguintes requisitos:

- I - número de advogados com domicílio profissional na base territorial igual ou superior a 100 (cem);
- II - custo de instalação e manutenção compatível com a perspectiva de receitas próprias da futura unidade, o que será aferido por Comissão Especial nomeada para essa finalidade, composta de 3 (três) Conselheiros, a qual emitirá parecer conclusivo, que será submetido ao Conselho Seccional.

Parágrafo único. As Subseções que não tenham ou venham a perder os requisitos de que trata este artigo poderão ser extintas, a juízo do Conselho Seccional e, em processo regular, observado o *quorum* qualificado para deliberação de que trata o art. 108 do Regulamento Geral da OAB.

Seção III Das Diretorias das Subseções

Art. 76. Compete às Diretorias das Subseções:

- I - fiscalizar o exercício da profissão;
- II - receber as representações e encaminhá-las, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ao Conselho Seccional, para anotação e registro;
- III - administrar a Subseção, observar e fazer cumprir o Estatuto da Ordem, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e demais normas legais, regulamentares e regimentais, representando ao Conselho Seccional ou às autoridades constituídas em casos de infração;
- IV - tomar os compromissos e proceder à entrega de carteiras dos advogados e estagiários de sua circunscrição;
- V - realizar e apurar as eleições em sua base territorial, remetendo os mapas e urnas para a Comissão Eleitoral do Conselho Seccional;
- VI - manter em dia o cadastro dos inscritos em sua base territorial;
- VII - tomar medidas urgentes em defesa da classe e em cumprimento ao disposto no art. 44, I, da Lei no 8.906/94, comunicando-as ao Conselho Seccional;
- VIII - representar o Conselho Seccional no âmbito de sua circunscrição, bem como a CAA-TO e a ESA-TO; prestar contas das receitas e despesas, trimestralmente, e divulgá-las aos seus inscritos.



TOCANTINS

Seção IV

Das Comissões Permanentes e/ou Temporárias das Subseções

Art. 77. Nas Subseções, poderão ser organizadas Comissões Permanentes e/ou Temporárias, nos moldes das existentes na Seccional, em razão de assuntos locais de interesse da classe, compostas de advogados que atendam aos requisitos do § 2º do art. 131 do Regulamento Geral da OAB, observada a disposição contida no § 2º do art. 109 do Regulamento Geral da OAB, quando houver Conselho Subseccional.

Seção V

Do Colégio de Presidentes das Subseções

Art. 78. Ao Colégio de Presidentes das Subseções incumbe promover o intercâmbio de experiências entre as diversas Subseções e a formulação de propostas e sugestões ao Conselho Seccional, bem como servir de instância consultiva, sempre que a este parecer necessário.

Parágrafo único. O Colégio de Presidentes das Subseções, reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, por convocação do Presidente do Conselho Seccional, na Capital ou em outra cidade do Estado.

Art. 79. A critério do Presidente do Conselho Seccional ou de 2/3 (dois terços) dos Presidentes de Subseções, o Colégio de Presidentes poderá reunir-se de forma regionalizada e fracionada.

Art. 80. As despesas com a realização das reuniões do Colégio de Presidentes correrão por conta das respectivas Subseções, podendo o Conselho Seccional, mediante deliberação de sua Diretoria, assumir parcial ou totalmente o encargo.

Art. 81. O temário básico, o local e a data de cada reunião serão dados a conhecer 30 (trinta) dias, no mínimo, antes de sua realização.

Parágrafo único. Além do temário básico poderão ser apreciadas outras matérias de relevância para a classe dos Advogados, mediante proposições ou indicações, a critério da maioria dos membros do Colégio de Presidentes.

Art. 82. As deliberações tomadas no Colégio de Presidentes obedecerão ao critério da maioria simples e serão levadas ao Conselho Seccional, por seu Presidente, como Recomendações, na primeira reunião deste seguinte à do Colégio de Presidentes.

Art. 83. Na reunião subsequente do Colégio de Presidentes, o Presidente do Conselho Pleno dará conhecimento da decisão ao Conselho Seccional a respeito das Recomendações referidas no artigo precedente.

CAPÍTULO VII

DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DO TOCANTINS - ESA/TO

Art. 84. A Escola Superior de Advocacia - ESA-TO da OAB/TO, destinada ao aprimoramento cultural e à atualização profissional dos advogados e estagiários, tem sede na Capital do Estado.

Parágrafo único. A ESA-TO poderá celebrar convênios com entidades culturais e de ensino para ministrar cursos de Aperfeiçoamento, de Extensão ou Especialização universitária e de Pós-Graduação, bem como realizar pesquisas e outras atividades afins em qualquer parte do território tocantinense.

Art. 85. A ESA-TO será administrada por uma Diretoria composta de 3 (três) membros, sendo um Diretor-Geral, um Diretor-Secretário e um Diretor-Tesoureiro e um Conselho Consultivo, composto de cinco membros, todos advogados de notória idoneidade e saber jurídico.



Art. 86. A Diretoria da ESA-TO elaborará seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Pleno, e expedirá instruções normativas a serem observadas pelo representante da ESA-TO na Subseção e pelo coordenador de curso que designar.

CAPÍTULO VIII DA OUVIDORIA

Art. 87. A Ouvidoria Geral é órgão independente e tem as atribuições de acompanhar a atuação dos Conselhos da Seccional e das Subseções, e das Diretorias do Conselho Seccional e das Subseções, apresentar críticas e sugestões para o aprimoramento da administração, com poderes para requisitar informações, receber reclamações e mandar processá-las, bem como sugerir a instauração de inquéritos e sindicâncias.

Art. 88. O Ouvidor-Geral será nomeado pelo Presidente da Seccional, *ad referendum* do Conselho Pleno, dentre advogados regularmente inscritos na OAB/TO e quites com a tesouraria, exigindo-se para o mínimo 05 (cinco) anos de exercício da advocacia.

Art. 89. Ao Ouvidor-Geral será disponibilizada sala na sede da Seccional e demais condições materiais para o exercício de suas funções, incluindo espaço reservado, nos sistemas de comunicação da Seccional, para divulgação das manifestações e apresentação dos respectivos relatórios.

Art. 90. O Ouvidor-Geral pode receber as manifestações pessoalmente, por correspondência, telefone, fax ou por mensagem eletrônica.

§ 1º - Ao receber sugestões, reclamações ou críticas, poderá o Ouvidor-Geral encaminhá-las aos órgãos competentes encarregados das respectivas atividades ou, então, apresentar projetos ou sugestões à direção da Seccional, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

§ 2º - As críticas, sugestões ou reclamações poderão ser encaminhadas aos órgãos superiores para as providências devidas, por intermédio do Ouvidor-Geral, que poderá requisitar informações junto aos órgãos competentes da Seccional para a instrução dos procedimentos que julgar necessários.

Art. 91. As Subseções podem instituir, por deliberação do seu respectivo Conselho, se houver, ou de sua Diretoria, cargo de Ouvidor, observadas, no que forem aplicáveis, as disposições do artigo supra.

Parágrafo único. Ao Ouvidor-Geral deve ser comunicada a eleição dos Ouvidores das Subseções, que ficam sob sua orientação e coordenação.

CAPÍTULO IX DO TÉRMINO E/OU EXTINÇÃO DOS MANDATOS

Art. 92. Extingue-se o mandato antes de seu término quando o titular:

- I - houver-se licenciado da profissão ou tiver cancelada a sua inscrição;
- II - sofrer condenação disciplinar transitada em julgado;
- III - faltar, sem motivo justificado, a três sessões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho Seccional ou da diretoria da Subseção ou da CAA-TO;
- IV - renunciar;
- V - falecer.

§ 1º - Compete às Diretorias da Seccional, da CAA-TO e das Subseções declarar extinto o mandato, automaticamente, nas hipóteses deste artigo, encaminhando ofício ao Presidente do Conselho Seccional.



§ 2º - Nos casos de licença ou de vacância, o Suplente é chamado para substituição temporária ou definitiva, obedecendo-se a ordem de inscrição dos registrados na respectiva chapa.

§ 3º - Não havendo suplentes, a substituição se dará na forma do § 3º do art. 54 do Regulamento Geral da OAB.

§ 4º - A justificativa de ausência deverá ser feita por escrito na Seccional ou por qualquer meio de comunicação, no prazo de até 5 (cinco) dias após a sessão.

§ 5º - Os Diretores, Conselheiros e membros de quaisquer órgãos da Seccional podem licenciarse do cargo mediante requerimento motivado, com a pertinente comprovação, quando for o caso, da circunstância invocada.

- a) Somente é concedida a licença por período superior a 60 (sessenta) dias.
- b) As concessões e prorrogações de licença são deliberadas pelo Presidente, *ad referendum* do Conselho Pleno.

CAPÍTULO X DO PATRIMÔNIO, RECEITAS E DESPESAS DA SECCIONAL TOCANTINS

Seção I Do Patrimônio da Seccional Tocantins

Art. 93. O patrimônio da Seccional é constituído de bens móveis e imóveis, direitos decorrentes de legados e doações, bem como de quaisquer outros bens, direitos e valores.

Seção II Das Receitas da Seccional Tocantins

Art. 94. As receitas da Seccional são de natureza ordinária de extraordinária:

I - São receitas ordinárias:

- a) percentagem que lhe couber sobre a contribuição anual obrigatória, taxas, multas e preços de serviços;
- b) renda patrimonial e financeira;
- c) renda de eventos culturais de qualquer natureza e de serviços, admitida a divisão com terceiros que deles participem.

II - São receitas extraordinárias:

- a) As contribuições e doações voluntárias;
- b) Subvenções e dotações orçamentárias.

§ 1º - Considera-se receita líquida a receita total deduzidas as despesas de pessoal, expediente e manutenção.

§ 2º - A receita acaso arrecadada em cada Subseção é remetida, mensalmente, à tesouraria da Seccional, salvo deliberação em contrário do Conselho Pleno.

§ 3º - O Conselho Pleno, ao votar o orçamento para o exercício subsequente, fixa a contribuição, as taxas, os preços de serviços e as multas a que estão sujeitos os inscritos nesse Conselho e terceiros.



TOCANTINS

Seção III Das Despesas da Seccional Tocantins

Art. 95. Constituem despesas da Seccional:

- I - Os repasses previstos nos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral da OAB;
- II - as despesas de pessoal;
- III - as despesas de expediente e manutenção.

TÍTULO II DOS PROCESSOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 96. Todos os processos terão forma de autos forenses, com os pareceres e despachos exarados seguidamente, em ordem cronológica.

Parágrafo único. É proibido aos interessados lançar cotas nos processos ou sublinhá-los de qualquer forma.

Art. 97. Sem prévio consentimento do Presidente ou do Diretor presente à Secretaria, somente aos membros do Conselho Seccional é permitida a consulta ao arquivo da Seccional.

Art. 98. Nenhum requerimento terá andamento enquanto o interessado, inscrito na Seção, estiver em atraso com o pagamento de quaisquer contribuições ou multas, exceto quanto ao pedido de expedição de certidões, as quais, no entanto, conterão essas circunstâncias.

Art. 99. Para requerer ou intervir nos processos, é necessário interesse comprovado na providência pleiteada.

§ 1º. O interessado poderá requerer, pessoalmente ou por intermédio de procurador, na forma da lei.

§ 2º. O requerimento será instruído com os documentos necessários, facultando-se, entretanto, mediante petição fundamentada, a anexação de documentos no curso do processo.

§ 3º - Nos processos de inscrição, os documentos poderão ser apresentados por meio de cópia autenticada em cartório ou conferida pela Secretaria na sua apresentação.

§ 4º - Nenhum documento será devolvido à parte sem que dele fique, no processo, cópia ou reprodução autenticada às expensas do interessado.

§ 5º - Caso a Seccional implante sistema de reprodução digitalizada de documentos e seu arquivamento em meio eletrônico, os originais poderão ser devolvidos aos interessados.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO COMUM

Art. 100. O procedimento comum será o adotado pela Seccional, salvo previsão de procedimento especial.

§ 1º - Toda matéria sujeita ao procedimento comum é autuada e distribuída a um Relator integrante do órgão deliberativo competente para conhecê-la.

§ 2º - O Relator conduz o processo até parecer final conclusivo, cabendo-lhe propor, deferir ou indeferir diligências e provas, prolatar despachos interlocutórios e ordenatórios, bem como requerer a inclusão dele em pauta, para julgamento.



TOCANTINS

§ 3º - Ao pedir a inclusão do processo em pauta, deve o Relator juntar aos autos seu relatório escrito, podendo apresentar o voto na sessão de julgamento.

§ 4º - As partes, terceiros interessados e seus procuradores são intimados para a sessão de julgamento.

§ 5º - As regras do procedimento comum aplicam-se aos procedimentos especiais.

CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 101. Obedecem a procedimentos especiais os seguintes processos:

I - disciplinar;

II - de seleção e inscrição;

III - de desagravo;

IV - de intervenção nos órgãos da Seccional;

V - para escolha de advogados que devam compor os órgãos deliberativos dos serviços públicos e dos tribunais;

VI - de revisão;

VII - de reabilitação;

VIII - de exclusão;

IX - de uniformização de jurisprudência.

Parágrafo único. São normas subsidiárias dos procedimentos especiais os Códigos de Processo Penal, Civil e Eleitoral, bem como as disposições do Estatuto da OAB, do Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina, dos Provimentos e Resoluções do Conselho Federal e Seccional, Portarias e Ordens de Serviços.

Seção I Dos Processos Disciplinares

Art. 102. O processo disciplinar rege-se pelas disposições contidas no art. 70 e seguintes do Estatuto da OAB e no art. 51 e seguintes do Código de Ética e Disciplina, observando-se o procedimento definido nos artigos subseqüentes.

§ 1º - O processo disciplinar será instaurado de ofício ou mediante representação dos interessados, que não pode ser anônima.

§ 2º - Recebida a representação, o Presidente da Comissão de Ética e Disciplina verificará se ela preenche as formalidades legais e designará um Relator.

§ 3º - O Relator poderá propor ao Presidente da Comissão de Ética e Disciplina o arquivamento da representação quando esta estiver desconstituída dos pressupostos de admissibilidade.

§ 4º - A representação contra membros do Conselho Seccional e Presidentes das Subseções será processada e julgada pelo Conselho Pleno.

§ 5º - Se a petição não preencher as formalidades, o Presidente da Comissão de Ética e Disciplina ordenará a notificação do representante para suprir as irregularidades apontadas, no prazo de 5 (cinco) dias, e opinará pelo imediato arquivamento se não for atendida sua determinação.

Subseção I Do registro, anotação, autuação e notificação



TOCANTINS

Art. 103. Após a análise feita pelo Presidente da Comissão, a chefia da Secretaria da Comissão de Ética, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, fará o registro, anotação e autuação da petição e dos documentos que a instruem, atribuindo à representação o número correspondente.

Parágrafo único. Atendidas as formalidades legais, o Relator determinará a notificação do representado, instruída com cópia da representação, para oferecer, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a sua defesa prévia.

Subseção II Do defensor dativo

Art. 104. Achando-se o representado em lugar ignorado, incerto e inacessível ou sendo revel, ser-lhe-á designado Defensor Dativo pelo Presidente da Comissão de Ética e Disciplina ou pelo Presidente do Conselho Subseccional, sendo tal Defensor regularmente notificado para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, em nome do representado.

Parágrafo único. O Defensor Dativo acompanhará o procedimento disciplinar até o seu final, ressalvados os casos em que o representado se manifeste nos autos, quando não mais se intimará o Defensor Dativo.

Subseção III Da indicação do Relator e do prazo

Art. 105. Oferecida a Defesa prévia, o Presidente da Comissão de Ética e Disciplina ou o Presidente do Conselho Seccional designará Relator para presidir a instrução processual e emitir seu parecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o encerramento da instrução.

Subseção IV Da competência para instrução processual

Art. 106. Se a representação versar sobre fato ocorrido em local onde exista Conselho Subseccional, a competência para instrução processual será deste, independentemente da Seção ou Subseção onde esteja inscrito o advogado; nas demais Subseções onde não exista Conselho Subseccional, a competência para análise e instrução dos procedimentos disciplinares será da Comissão de Ética e Disciplina.

Subseção V Da avocação das representações

Art. 107. Compete ao Presidente do Conselho Seccional avocar as representações onde haja manifesta morosidade, após provocação do Presidente da Comissão de Ética e Disciplina, a quem podem ser delegados poderes para execução das providências cabíveis.

Subseção VI Do arquivamento da representação

Art. 108. Nenhuma representação pode ser arquivada na Subseção, devendo, após analisada e instruída com parecer pelo julgamento ou arquivamento, ser encaminhada à Seccional para as providências cabíveis.

Parágrafo único. Se o Relator verificar, antes de proceder à instrução do feito, que o caso não constitui qualquer infração disciplinar apurável, poderá opinar pelo arquivamento, remetendo os autos para o Presidente do Conselho Seccional.

Subseção VII Da desistência da representação



TOCANTINS

Art. 109. Em qualquer fase em que se encontre o processo, é lícito ao representante desistir da representação; contudo, se já tiver sido oferecida defesa, a desistência ficará condicionada à anuência do representado ou de seu defensor.

Parágrafo único. A desistência da representação não importa, necessariamente, em arquivamento, desde que presentes indícios de falta ético-disciplinar, caso em que será excluído o nome do representante e o feito passará a correr de ofício.

Subseção VIII Da designação da audiência de oitiva

Art. 110. Oferecida a Defesa Prévia, acompanhada de todos os documentos e do rol de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), será proferido o despacho saneador e, ressalvada a hipótese do § 2º do art. 73 do Estatuto, designada a audiência para oitiva do interessado, do representado e das testemunhas, devendo o interessado, o representado ou seu defensor incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas, na data e hora marcadas.

Parágrafo único. Quando da realização da audiência, em caso de atraso de alguma das partes, somente se aguardará o prazo de 15 (quinze) minutos.

Subseção IX Das provas

Art. 111. Se houver prova a ser colhida em outro local que não o da sede da Seção, o Relator poderá delegar competência ao Presidente da Subseção respectiva para cumprimento da diligência.

Art. 112. A parte que requerer a produção de prova pericial arcará com o pagamento do seu custo.

Parágrafo único. Para esse fim, são extraídas cópias das peças essenciais para remessa ao Presidente da Subseção, competindo à parte interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, depositar o numerário suficiente para tanto na Tesouraria da Seccional, que é responsável pelo cálculo das despesas, inclusive do porte de correio.

Art. 113. Aberta a audiência, caso seja frustrada a conciliação, serão tomados os depoimentos pessoais do representante e do representado e, se requeridos, das testemunhas de um e de outro.

Subseção X Do prazo para apresentação de Razões Finais

Art. 114. Concluída a instrução, será aberto o prazo sucessivo de 15 (quinze) dias para a apresentação de Razões Finais pelo interessado e pelo representado, após a juntada da última intimação.

§ 1º. Se for do interesse das partes, manifestado na ata da audiência, as Razões Finais poderão ser apresentadas oralmente, com prazo de 15 (quinze) minutos para cada uma.

§ 2º. Vencido o prazo das Razões Finais, o Relator emitirá parecer preliminar, a ser submetido ao TED.

Art. 115. Encerrada a instrução, não será lícito a qualquer das partes oferecer novas provas documentais, salvo se, a juízo do Relator, se tratar de documentos novos, destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou a contrapô-los aos que foram produzidos nos autos, e se a parte que os oferecer justificar a apresentação, com vista à parte contrária.

Subseção XI Dos crimes ou contravenções



TOCANTINS

Art. 116. A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, será comunicado às autoridades competentes.

Subseção XII Dos recursos cabíveis

Art. 117. No que diz respeito às representações, cabe recurso para o TED de todas as decisões proferidas pelo Presidente da Comissão de Ética e Disciplina.

Seção II Dos Processos de Seleção e Inscrição

Art. 118. Os processos de seleção e inscrição abrangem:

- I - o requerimento inicial de inscrição nos quadros da Seccional;
- II - alterações nesse requerimento;
- III - representações contra a validade ou condições desse requerimento;
- IV - licenciamentos;
- V - anotação de impedimentos;
- VI - superveniência de incompatibilidade;
- VII - cancelamento e perda dos requisitos do art. 8º, do Estatuto da OAB;
- VIII - reinscrição;
- IX - restabelecimento;
- X - transferência;
- XI - inscrição suplementar.

§ 1º - Os processos de inscrição são instruídos com os documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos dos arts. 8º e 9º do Estatuto da OAB.

§ 2º - Serão objeto de procedimento disciplinar os casos de inidoneidade e de obtenção de inscrição com falsa prova.

Subseção I Da instrução dos pedidos

Art. 119. Os pedidos de inscrição, transferência, licenciamento, alteração, cancelamento e impugnação são protocolizados e processados numericamente, sendo distribuídos aos integrantes da Comissão, pelo seu Presidente, e devendo cada um deles receber, obrigatoriamente, o parecer de 3 (três) deles.

§ 1º - A instrução dos pedidos de que trata este artigo é de inteira responsabilidade do postulante, cumprindo ao Supervisor da Secretaria-Geral notificá-lo para suprir quaisquer deficiências.

§ 2º - No prazo improrrogável de 10 (dez) dias, o Relator deve emitir parecer escrito ou, em diligência, solicitar esclarecimentos ou nova documentação; após o parecer do Relator, serão colhidos os outros dois pareceres, sendo que, pelo menos, um deles deve ser emitido por Conselheiro da Seccional.

§ 3º - O Presidente da Comissão recorre de ofício ao Conselho Pleno das decisões desfavoráveis à pretensão do requerente e, ainda, quando houver divergência entre os pareceres emitidos pelos membros que a compõem.

§ 4º - O Presidente da Comissão tem legitimidade para recorrer das decisões, ainda que unânimes, ao Conselho Pleno.

Subseção II Da carteira de identidade e do cartão profissional



TOCANTINS

Art. 120. Concedida a inscrição, o interessado recebe o correspondente número ordinal, sendo-lhe expedida a carteira de identidade, bem como o respectivo cartão profissional.

§ 1º - Em sessão solene, na Seccional, as carteiras e os cartões de identidade serão entregues aos membros inscritos, após prestarem, em voz alta e conjuntamente, o compromisso previsto no art. 20 do Regulamento Geral da OAB, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do deferimento da inscrição.

§ 2º - Nas Subseções, será de 15 (quinze) dias o prazo para a solenidade de compromisso e entrega das carteiras e dos cartões de identidade dos inscritos, contados da data do recebimento dos referidos documentos por esses órgãos.

§ 3º - Se, após 6 (seis) meses da ciência do deferimento da inscrição, o requerente não comparecer para prestar o compromisso ou anotar a transferência ou a inscrição suplementar, o processo será extinto.

Subseção III

Do pedido de cancelamento de inscrição

Art. 121. O pedido de cancelamento de inscrição implicará o arquivamento dos processos disciplinares eventualmente existentes contra o requerente, cabendo à Secretaria informar essa circunstância ao órgão competente.

Subseção IV

Do pedido de nova inscrição, re-inscrição e restabelecimento

Art. 122. O pedido de nova inscrição, re-inscrição ou restabelecimento dependerá se for o caso, da reativação e julgamento do processo disciplinar arquivado, nos termos do artigo anterior.

Seção III

Dos Processos de Desagravo

Art. 123. O desagravo é direito do advogado e dever da Seccional, podendo ser deferido a requerimento do interessado, de ofício, ou por proposta de integrantes de quaisquer de seus órgãos.

Art. 124. Os processos de desagravo serão instruídos por relatores integrantes da Procuradoria de Defesa das Prerrogativas da Advocacia e submetidos a julgamento perante o Conselho Pleno, por encaminhamento do Procurador-Geral, que assumirá a condição de Relator junto ao Conselho Pleno.

§ 1º - O Relator conduzirá toda a instrução processual; promoverá, deferirá ou indeferirá diligências e provas; tomará depoimentos das partes e testemunhas; prolatará despachos interlocutórios ou ordinatórios; e concluirá seu trabalho com emissão de parecer conclusivo.

§ 2º - Com relatório escrito, o Relator requererá a inclusão do feito em pauta do Conselho Pleno, ao qual apresentará seu voto, mandando notificar o interessado para a sessão.

§ 3º - Os processos de desagravo serão julgados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e a sessão solene será realizada em igual período, salvo motivo de força maior.

Art. 125. Transitada em julgado a decisão que conceder o desagravo, o Presidente da Seccional designará sessão solene para a qual poderão ser expedidos convites, conforme o caso, para autoridades públicas, órgãos da Seccional, imprensa e terceiros interessados.

§ 1º - A sessão solene poderá ser realizada na localidade onde se deu o agravo.



§ 2º - O discurso de desagravo será proferido pelo Relator ou por Conselheiro previamente indicado pelo Presidente da Seccional.

§ 3º - Após a manifestação do orador, será facultada a palavra ao desagravado, por 15 (quinze) minutos, após o que se encerrará a sessão.

Seção IV **Dos Processos de Intervenção nos Órgãos da Seccional**

Art. 126. O Conselho Seccional, de ofício ou mediante representação, pode decretar intervenção em qualquer dos órgãos da Seccional, nos limites de sua jurisdição.

Parágrafo único. São causas da decretação de intervenção:

- I - práticas de corrupção ou malversação de recursos financeiros, bens móveis e imóveis do órgão;
- II - utilização de órgãos, patrimônio e pessoal da Seccional em atividades privadas ou desviadas de suas finalidades;
- III - reiterado descumprimento de normas legais, regulamentares e regimentais, bem como de provimentos, resoluções e decisões dos órgãos superiores da Seccional.

§ 1º. Recebida a representação, o Presidente da Seccional nomeará Relator um dos Conselheiros Efetivos.

§ 2º. Instaurado o processo, que correrá em segredo, serão notificados para oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, os responsáveis pelo órgão indigitado ou pelos atos geradores da representação.

Art. 127. O Relator conduzirá toda a instrução processual; promoverá, deferirá ou indeferirá diligências e provas; tomará depoimentos das partes e testemunhas; prolatará despachos interlocutórios ou ordinatórios; e concluirá seu trabalho com parecer fundamentado, em que indicará, se cabíveis, as penalidades aplicáveis.

Parágrafo único. O Relator poderá concluir, cumulativa ou isoladamente:

- a) pelo arquivamento;
- b) pela intervenção, com suspensão preventiva dos mandatos dos envolvidos;
- c) pela intervenção, com perda de mandato dos dirigentes do órgão indigitado;
- d) pela anulação de atos administrativos;
- e) pela instauração de procedimentos disciplinares e de responsabilidade civil ou penal.

Art. 128. Se for decidida a suspensão preventiva dos mandatos dos envolvidos, o Presidente do Conselho Seccional nomeará o Interventor, fixando-lhe prazo de gestão, ao final do qual voltará o feito a julgamento, com relatório circunstanciado do responsável, em que este indicará as medidas administrativas e a responsabilização disciplinar, civil ou penal.

Parágrafo único. A suspensão preventiva importará no imediato afastamento dos dirigentes do órgão e persistirá até julgamento final do processo.

Art. 129. Aplicam-se à sessão de julgamento as regras dos art. 11 e 14 deste Regimento.

Art. 130. As decisões adotadas nos processos de que trata esta subseção são passíveis de recurso para o Conselho Federal.

Seção V **Dos Processos para Escolha de Advogados que devem Compor os Tribunais e Órgãos Deliberativos do Serviço Público**



Art. 131. O processo para escolha das listas sêxtuplas de advogados que devem integrar, pelo quinto constitucional, os Tribunais sediados e com jurisdição no Estado de Tocantins será feito na forma definida em Provimento do Conselho Federal da OAB.

Parágrafo único. O processo de escolha de representantes da Seccional nos órgãos de deliberação coletiva do serviço público é da competência do Presidente da Seccional, *ad referendum* da Diretoria da Seccional.

Seção VI Do Processo de Revisão

Art. 132. Cabe revisão das decisões transitadas em julgado e prolatadas por qualquer órgão da Seccional nas hipóteses de:

- I - erro material e de julgamento;
- II - julgamento baseado em falsa prova.

§ 1º - Compete ao Conselho Pleno o processamento e o julgamento das revisões.

§ 2º - O Relator designado apreciará, preliminarmente, a admissibilidade do pedido, verificando a alegação de ocorrência de, pelo menos, um dos fatos autorizadores.

§ 3º - Com relatório circunstanciado, juízo sobre a admissibilidade, ou não, do recurso e voto quanto ao mérito escritos, submeterá o Relator o processo a julgamento, com prévia intimação do interessado para a sessão.

§ 4º - A revisão somente será conhecida ou provida se obtiver voto favorável da maioria absoluta dos integrantes do órgão julgador.

Seção VII Do Processo de Reabilitação

Art. 133. O inscrito ou excluído da Seccional que houver sido punido em processo disciplinar poderá, após um ano do cumprimento da pena, requerer sua reabilitação, demonstrando:

- I - provas efetivas de bom comportamento;
- II - preenchimento dos requisitos do art. 8º, incisos: I, III, V e VI, do Estatuto da OAB.

§ 1º - É requisito para o processamento do pedido de reabilitação a prova de regularidade para com a tesouraria da Seccional.

§ 2º - Quando a punição tiver sido motivada por condenação criminal, o pedido de reabilitação dependerá, também, da correspondente reabilitação criminal.

§ 3º - O Processo de reabilitação será processado e instruído nos mesmos moldes definidos para o processo ético-disciplinar.

Seção VIII Do Processo de Exclusão

Art. 134. O processo de exclusão será instaurado de ofício, por julgador do TED ou por Conselheiro da Seccional ou da Subseccional, ante a verificação, em qualquer fase do processo disciplinar, dos casos previstos nos incisos I e II do art. 38 do Estatuto da OAB.

Art. 135. Constatada a ocorrência de alguma das hipóteses de que trata o art. 38 do Estatuto da



TOCANTINS

OAB, deverá ser remetido ao Presidente do Conselho Seccional o requerimento para abertura do processo de exclusão, ressalvada a hipótese de cancelamento de que trata o art. 22 do Regulamento Geral da OAB.

Art. 136. Competirá ao Presidente, em caráter de urgência, distribuir o processo a Conselheiro Relator, que se incumbirá de instruí-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, ouvindo, antes, o representado, que será intimado para apresentar sua defesa e documentos no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - O Relator, depois de decorrido o prazo para defesa, poderá propor ao Presidente do Conselho Seccional, em parecer fundamentado, o arquivamento da representação quando esta estiver desconstituída dos pressupostos de admissibilidade.

§ 2º - Não se verificando a hipótese do § 1º, o Relator fará a instrução processual no prazo definido neste Regimento e encaminhará o processo à Secretaria para inclusão, com preferência, na pauta de julgamento do Conselho Pleno.

Art. 137. Para a aplicação de sanção disciplinar de exclusão, é necessária a manifestação favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Pleno.

Seção IX

Da Uniformização de Jurisprudência

Art. 138. O TED, por seu Presidente, pode suscitar, perante o Conselho Pleno, incidente de uniformização de jurisprudência sobre assuntos de sua competência, com proposta de edição de súmula, comprovando:

- I - reiteradas manifestações no sentido apontado, adotadas pelo órgão suscitante ou por outro órgão deliberativo da Seccional;
- II - necessidade de adoção de decisão uniforme, em benefício da segurança e certeza das decisões da Seccional e dos interesses dos seus jurisdicionados, em casos de divergências de decisões sobre matéria idêntica entre órgãos da Seccional ou entre estes e órgãos do Conselho Federal da OAB.

Parágrafo único. O Relator designado emitirá parecer conclusivo e submeterá o processo ao Conselho Pleno.

CAPÍTULO IV DOS PRAZOS

Art. 139. Salvo disposição especial, o prazo para atender notificações e intimações, recorrer e contra-arrazoar recursos é de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte seja da publicação da decisão na imprensa oficial, seja da data do recebimento da notificação anotada pela Secretaria do órgão da OAB ou pelo agente dos Correios.

Art. 140. Os Conselheiros terão prazo de 10 (dez) dias para os despachos de mero impulso processual; de 15 (quinze) dias para despachos interlocutórios ou ordena-tórios; e de 15 (quinze) dias para prolação de pareceres, acórdãos e votos vencidos.

Parágrafo único. Por motivo de força maior ou por complexidade da matéria, os prazos definidos neste artigo poderão ser excedidos em até o dobro, apresentada a justificação por escrito.

Art. 141. Os servidores terão o prazo de 10 (dez) dias para atender as solicitações nos processos que lhes incumbe informar, aplicando-se-lhes as disposições excepcionais do parágrafo único do artigo antecedente.



TOCANTINS

CAPÍTULO V DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Art. 142. Observadas as disposições contidas no art. 137-A do Regulamento Geral da OAB, as notificações aos advogados ou estagiários para responder a representações disciplinares ou administrativas serão expedidas por via postal, para o endereço constante do cadastro da Seccional, com aviso de recebimento pessoal, presumindo-se perfeitas com a devolução e juntada aos autos do comprovante respectivo.

§ 1º - Frustrada a notificação, por mudança de endereço, expedir-se-á edital, publicado no Diário Oficial, com prazo de 20 (vinte) dias.

§ 2º - O comparecimento espontâneo do notificado suprirá a notificação, devendo ser lavrado o respectivo termo.

§ 3º - Em casos de urgência, as notificações poderão ser promovidas por intermédio de servidores da Seccional, por qualquer meio de comunicação, que lavrarão termo circunstanciado da diligência, conforme determinado no § 1º do art. 11 deste Regimento.

Art. 143. As intimações para os demais atos processuais poderão ser expedidas por via postal ou pela publicação no *Diário Oficial*, desde que identificadas as partes, o processo e os procuradores, se houver.

Parágrafo único. No caso do processo disciplinar, aplica-se a disposição contida no § 1º do art. 137-A do Regulamento Geral da OAB.

Art. 144. A parte notificada que não atender no prazo determinado será assistida por Defensor Dativo, que passará a ser intimado, pessoalmente, para os demais atos do processo.

Art. 145. Os servidores públicos civis e militares podem ser notificados ou intimados mediante a entrega protocolizada dos instrumentos aos seus superiores hierárquicos, na sede da repartição onde estiverem lotados.

CAPÍTULO VI DAS CERTIDÕES E DA VISTA DOS AUTOS

Art. 146. É assegurada a todos a obtenção de certidões de atos ou peças de processos requeridas para defesa de direitos ou esclarecimentos, mediante o pagamento da taxa fixada pelo Conselho Seccional.

§ 1º - Compete ao Secretário-Geral ordenar a expedição das certidões e subscrevê-las, podendo ser substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelos demais integrantes da Diretoria e do Conselho Pleno.

§ 2º - A certidão pode ser expedida pela reprografia de peças do processo, devidamente autenticadas pela Secretaria.

§ 3º - Não se expedirá certidão de processos disciplinares, salvo se requeridas pelas partes ou por seus advogados.

§ 4º - Quando envolver assunto sigiloso, o pedido de certidão deve ser feito por escrito e dependerá de despacho favorável do Presidente do Conselho Seccional.

Art. 147. Ao inscrito será sempre concedida vista, por carga em livro próprio, dos autos de processos de seu interesse, independentemente de requerimento escrito, seja como parte, seja como procurador.



TOCANTINS

Parágrafo único. Não sendo sigiloso o processo, qualquer interessado poderá dele ter vista a Secretaria, mediante requerimento verbal.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS

Art. 148. Cabe recurso ordinário para o Conselho Seccional contra todas as decisões proferidas pelo Presidente, Diretoria da Ordem, Diretoria de Subseções, da Caixa de Assistência dos Advogados e do Tribunal de Ética e Disciplina, conforme disciplinam os art. 76, da Lei 8.906/94 e 143, do Regulamento Geral da OAB.

§ 1º - Os recursos são interpostos no prazo de 15 dias, contados da publicação no Diário da Justiça do Estado de Goiás ou da cientificação do ato pelo interessado, perante a autoridade ou órgão que proferiu a decisão.

§ 2º - O juízo de admissibilidade compete ao relator, não podendo a autoridade ou órgão a *quo* rejeitar o encaminhamento do recurso na forma do art. 138, § 1º, do Regulamento Geral da OAB.

§ 3º - Verificando o relator a carência dos pressupostos recursais, proferirá despacho indicativo de indeferimento liminar ao Presidente do órgão *ad quem*, na forma do art. 140, Parágrafo único, do Regulamento Geral da OAB.

§ 4º - Da decisão presidencial cabe recurso do interessado para o órgão julgador, impedido o relator da decisão recorrida de relatar tal recurso, na forma do art. 141, do Regulamento Geral da OAB.

Art. 149. Cabem embargos de divergência contra as decisões definitivas do Conselho Seccional que conflitem com outra proferida pelo próprio Conselho Pleno, desde que ainda não se haja uniformizado entendimento sobre a matéria.

§ 1º - Os embargos de declaração são dirigidos ao relator da decisão visada, que, mediante despacho fundamentado, pode negar lhes seguimento nas hipóteses de se mostrarem manifestamente protelatórios ou na ausência dos pressupostos de admissibilidade.

§ 2º - Admitidos, serão postos em mesa para julgamento, independentemente de inclusão na pauta, na sessão subsequente, salvo justificado impedimento, na forma regulada pelo art. 138, §§ 3º e 4º, do Regulamento Geral da OAB.

§ 3º - As decisões singulares ou coletivas contempladas neste artigo não permitirão recurso na forma do art. 138, §5º, do Regulamento Geral.

Art. 150. A aplicação da pena de exclusão com fundamento nos permissivos contidos no artigo 34, incisos XXVI a XXVIII, c/c. artigo 38, incisos I e II do Estatuto da OAB, cabe ao Conselho pelo qualificado de 2/3 (dois terços) de seus membros na forma do art. 144, do Regulamento Geral da OAB.

Art. 151. Cabe recurso voluntário em todas as hipóteses alinhadas no artigo 75 do Estatuto da OAB, para o Conselho Federal.

§ 1º - São legitimados a exercer o direito de recurso, o Presidente do Conselho e os interessados, inclusive, para o Conselho Federal, conforme artigo 75, parágrafo único, da Lei 8.906/94.

§ 2º - Para interpor recurso, não sendo o interessado advogado inscrito e no exercício regular da profissão, deverá para tanto se servir de profissional habilitado.

§ 3º - De regra, os recursos terão efeito suspensivo, excetuando-se as hipóteses de suspensão



TOCANTINS

preventiva por infração de regra disciplinar, inscrição mediante prova falsa e de matéria eleitoral, nos termos do arts. 77, da Lei 8.906/94 e 138, § 2º, do Regulamento Geral da OAB.

§ 4º - Os prazos contam-se, de maneira geral, com exclusão do dia da publicação, intimação ou comunicação e inclusão do dia seguinte, a partir do primeiro dia útil.

§ 5º - Os prazos não fluem nos períodos de recesso, nos termos do art. 139, parágrafo único, do Regulamento Geral da OAB.

CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES

Art. 152. No processo eleitoral para preenchimento dos cargos da Seccional e das Subseções, adotam-se as normas previstas no Estatuto, no Regulamento Geral, neste Regimento e, subsidiariamente, na legislação eleitoral vigente no País.

Art. 153. No prazo determinado por este regimento, o Conselho Seccional fixará, para o triênio seguinte, o número dos seus integrantes, bem como o dos Conselhos Subseccionais, obedecendo à proporcionalidade estabelecida no art. 106 do Regulamento Geral da OAB, no que diz respeito ao Conselho Seccional, e nas demais disposições deste Regimento, no que tange aos Conselhos Subseccionais.

Art. 154. A composição da Comissão Eleitoral prevista no art. 129 do Regulamento Geral deve ser publicada, no *Diário Oficial* e no *Jornal do Advogado*, até 60 (sessenta) dias antes da publicação do edital de convocação às eleições.

Art. 155. A Secretaria-Geral da Seccional somente poderá cadastrar novas inscrições no quadro de advogados até 20 (vinte) dias antes da data das eleições.

Art. 156. O prazo para deferimento de transferências de Subseção encerra-se 90 (noventa) dias antes das eleições.

Art. 157. Haverá votação nas sedes das Subseções e, nas Comarcas que não sejam sedes de Subseção, poderá ocorrer votação desde que haja mais de 15 (quinze) advogados aptos a votar.

§ 1º - A Comissão Eleitoral, quando entender conveniente ou mediante pedido fundamentado, formulado até 10 (dez) dias antes da publicação do edital de que trata o art. 128 do Regulamento Geral da OAB, poderá determinar a instalação de mesas receptoras de votos em outros locais.

§ 2º - Em caso de força maior, poderá ser designado novo local para votação e apuração, que será amplamente divulgado.

Art. 158. A campanha eleitoral terá início após o registro de todas as chapas.

§ 1º - Cada chapa registrada será responsável pelo financiamento de sua propaganda eleitoral.

§ 2º - A ampla divulgação a que se refere o § 2º do art. 128 do Regulamento Geral da OAB será feita sob a forma de entrevistas e noticiários nos meios de comunicação.

Art. 159. Em caso de empate entre duas ou mais chapas concorrentes, considera-se eleita a chapa cujo candidato a Presidente da Seccional ou da Subseção tenha a inscrição mais antiga ou, permanecendo o empate, seja o mais idoso.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS



TOCANTINS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Dos Servidores

Art. 160. Os servidores da Seccional são regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho/CLT, por este Regimento e pelo Plano de Cargos e Salários aprovado pela Diretoria do Conselho Pleno.

Art. 161. Fica vedada a contratação, para os quadros da Seccional de parentes de Conselheiros Titulares e Suplentes, bem como de Diretores da CAA-TO e Diretores e Conselheiros Subseccionais, até terceiro grau, salvo quando a contratação decorrer de aprovação em processo seletivo, hipótese em que o Conselheiro ou Diretor parente do candidato não poderá dele participar.

Art. 162. Compete à Diretoria baixar normas reguladoras das atividades dos servidores da Seccional em todo o seu território.

Art. 163. A contratação e a demissão de pessoal é da competência exclusiva do Presidente da Seccional, sendo vedado a qualquer outro fazê-lo, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 164. Toda Subseção terá, pelo menos, um servidor admitido por processo seletivo.

Seção II Da Inscrição do Advogado

Art. 165. No âmbito da Seccional, a inscrição do advogado deverá ser feita na Subseção em cujo território pretende estabelecer seu domicílio profissional.

§ 1º - Considera-se domicílio profissional a sede principal da atividade de Advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio civil do advogado.

§ 2º - No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra Subseção, deve o advogado requerer a transferência de sua inscrição para a Subseção correspondente.

§ 3º - Constatada a existência de domicílio profissional de advogado em Subseção onde não se acha inscrito, compete ao Presidente desta, após ouvir o inscrito, encaminhar a ocorrência devidamente instruída ao Secretário-Geral, que, cientificado o advogado, poderá autorizar a transferência de ofício, fazendo as anotações pertinentes.

§ 4º - O procedimento de transferência entre Subseções ocorrerá sem ônus para o inscrito.

Seção III Da inscrição de Estagiários

Art. 166. O registro da inscrição no quadro de estagiários será feito na Subseção em cujo território se localize o curso jurídico do acadêmico.

§ 1º - Nas regiões metropolitanas, fica facultada a inscrição do estagiário na Subseção de seu domicílio.

§ 2º - No caso de inscrição no quadro de estagiários por bacharel em Direito, o registro respectivo será feito no local da prestação do estágio.

Seção IV Dos Órgãos de Informação



Art. 167. A Seccional manterá um Departamento de Cultura e Informação subordinado à Presidência, a que estarão afetas as publicações de efetivo interesse ou de reconhecido valor para os advogados e estagiários.

Art. 168. Tanto os órgãos e serviços de informação quanto as publicações serão custeados por verbas próprias do orçamento, admitida a publicidade e o patrocínio.

Art. 169. O Diretor do Departamento de Cultura e Informação, a quem incumbe editar e fazer editar os órgãos de divulgação da Seccional será designado pelo Presidente desta.

Art. 170. A Seccional manterá, em sua página eletrônica, sistema de consulta do cadastro dos inscritos, contendo os dados profissionais de cada um deles, inclusive endereços e meios de comunicação, com a indicação da situação do inscrito para o exercício profissional da Advocacia.

Parágrafo único. Ao inscrito é facultado requerer que não constem no sistema de consulta seus dados profissionais, inclusive os meios de comunicação, salvo nome, número de inscrição e situação profissional, que sempre estarão para consulta.

Art. 171. A Seccional dará acesso, mediante convênio, ao seu cadastro de inscritos aos órgãos do Poder Judiciário, para que estes possam controlar e auxiliar no controle do exercício regular da Advocacia.

Art. 172. A Seccional adotará as normas a serem implementadas pelo ICP/OAB (infra-estrutura de chaves públicas), na forma regulamentada pelo Conselho Federal, visando à emissão de certificados eletrônicos para os inscritos na Seccional, o que os capacitará à prática de procedimentos eletrônicos judiciais, por intermédio de meio eletrônico.

Seção V Da Medalha Francisco Mascarenhas

Art. 173. A "*Medalha Francisco Mascarenhas*" é a comenda máxima conferida pelo Conselho Seccional às grandes personalidades da Advocacia Tocantinense.

Parágrafo Único. A medalha só pode ser concedida uma vez, no prazo do mandado do Conselho, e será entregue ao homenageado em sessão solene.

Art. 174. Os agraciados com a "*Medalha Francisco Mascarenhas*" podem participar das sessões do Conselho Pleno, com direito a voz.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 175. Os serviços da Seccional e das Subseções funcionarão nos dias úteis, em horário fixado pela Diretoria da Seccional.

Art. 176. A Diretoria resolverá quanto às normas de funcionamento dos serviços da Seccional, bem como aos arquivos de registros que deverão ser mantidos, expedindo instruções para a boa execução dos serviços e das resoluções do Conselho Seccional.

Art. 177. Os inscritos na Seccional deverão comunicar as mudanças de nome, endereço e estado civil, tão logo se verifique o evento, para as competentes anotações, confirmando ou retificando tais dados, por ocasião do pagamento das contribuições, observado o que determina o § 1º do art. 137-A do Regulamento Geral da OAB.

Art. 178. Nenhum Conselheiro poderá licenciar-se sem que, antes, devolva os processos que



TOCANTINS

houver recebido por distribuição ou por pedido de vista, devidamente despachados ou relatados e, quando for o caso, com os acórdãos lavrados e assinados.

Parágrafo único. Nos casos de doença, força maior ou comprovada impossibilidade de continuar no exercício do mandato, a licença será de imediato concedida ao Conselheiro, cabendo-lhe providenciar, também de imediato, a devolução dos processos no estado em que se encontrarem.

Art. 179. Os casos omissos do Estatuto, do Regulamento Geral e deste Regimento serão resolvidos pela Diretoria da Seccional, *ad referendum* do Conselho Seccional, com recurso necessário, sem efeito suspensivo, para o Conselho Federal, quando se tratar de omissão do Estatuto ou do Regulamento Geral.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Seccional poderá resolver os casos urgentes pela forma prevista neste Regimento.

Art. 180. O presente Regimento poderá ser alterado, por proposta da Diretoria da Seccional, de 1/3 (um terço) dos Conselheiros Seccionais ou mediante proposta subscrita por, no mínimo, 500 (quinhentos) advogados inscritos na Seccional.

Parágrafo único. A proposta será examinada por Comissão Especial, designada pelo Presidente da Seccional, cujo parecer será submetido ao Conselho Seccional, que deliberará em sessão com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros, considerando-se aprovada a que obtiver maioria simples de votos.

Art. 181. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo plenário do Egrégio Conselho Estadual, ficando revogadas a Resolução de 2007 e demais disposições em contrário.

Palmas - TO, 14 de maio de 2010

MEMBROS DA COMISSÃO REVISORA

Adv. Conselheira Moema Neri Ferreira Nunes

Adv. Conselheiro Célio Magalhães Rocha Adv. Conselheira Heloísa Teodoro Cunha

PRESIDENTE DO CONSELHO

Adv. Conselheiro Presidente Ercílio Bezerra de Castro Filho

*** Redação Consolidada em 11 de dezembro de 2015**

Adv. Conselheiro Alexandre Abreu Aires Júnior



ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/TO

Aprovado pela RESOLUÇÃO CS/OAB-TO n.º 002/ 2014